

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**MIGUEL HENRIQUE PACHECO FIGUEIREDO**

**CONCEPÇÃO CÊNICA DAS SALAS DE AUDIÊNCIA E JULGAMENTO:  
O ASSENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**FLORIANÓPOLIS**

**2014**

**MIGUEL HENRIQUE PACHECO FIGUEIREDO**

**CONCEPÇÃO CÊNICA DAS SALAS DE AUDIÊNCIA E JULGAMENTO:  
O ASSENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Monografia apresentada ao Curso de  
Direito da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito parcial para  
obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Morais da  
Rosa.

FLORIANÓPOLIS  
2014

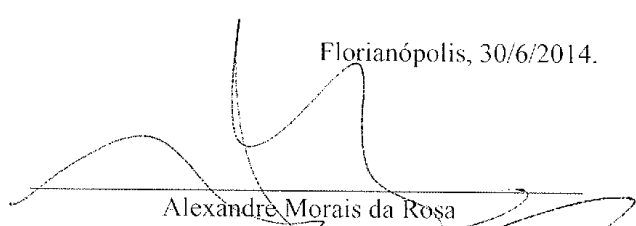


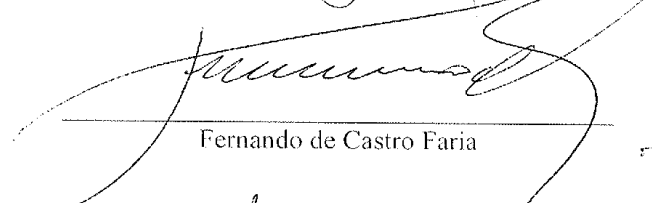
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Ciências Jurídicas  
Colegiado do Curso de Graduação em Direito

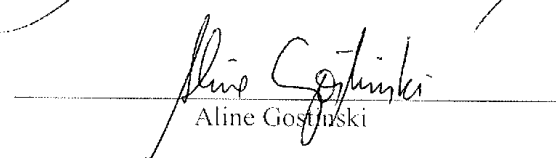
### TERMO DE APROVAÇÃO

A presente monografia, intitulada “**Concepção cênica das salas de audiência e julgamento: o assento do ministério público**”, elaborada pelo acadêmico **Miguel Henrique Pacheco Figueiredo** e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 ( Dez ), sendo julgada adequada para o cumprimento do requisito legal previsto no art. 9º da Portaria nº 1886/94/MEC, regulamentado pela **Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE.**

Florianópolis, 30/6/2014.

  
Alexandre Morais da Rosa

  
Fernando de Castro Faria

  
Aline Gostinski

Aos meus pais e a minha avó materna pelo exemplo de vida e dedicação dispensada, certo de que sem os seus esforços, jamais teria chegado até o presente momento.

## **AGRADECIMENTOS**

Como qualquer empreendimento não deve começar sem antes haver a direção de algumas palavras ao criador do universo, agradeço, primeiramente, a Deus pela minha vida, por ter me sustentado com saúde e iluminado o caminho durante todo a minha trajetória, dando-me energia e proteção durante todos os anos de processo acadêmico, possibilitando que chegasse ao fim desta jornada.

A meus pais, Claudemir de Figueiredo e Rojane Pacheco, meu especial agradecimento, pela educação dispensada, pelo exemplo de ética, honestidade e trabalho, pelo amor e carinho ofertado, por fazerem o possível e o impossível para minha felicidade e, principalmente, pelos imensuráveis esforços a fim de me garantir um estudo de qualidade, coroado com a conclusão do ensino superior em uma universidade federal. Suas presenças em minha vida é o que me dá força para vencer, pois sei que através de minhas vitórias posso recompensar um pouco todo o esforço que já fizeram por mim.

A minha avó materna, Custódia Cândida Pacheco, por ter exercido o papel de segunda mãe, destinando-me cuidados e afeto, bem como repassando ensinamentos que levarei pela vida inteira.

A minha namorada, Juliany Meneghel Matos, pelo companheirismo e incentivo durante grande parte de minha jornada acadêmica, principalmente nos momentos de angústia, em que seu apoio foi de fundamental importância para que me mantivesse firme nesta caminhada. Este feito é o primeiro grande sonho, dentre muitos, que tenho a felicidade de poder compartilhar.

A minha tia Rita de Cássia Mendes pelo auxílio durante todo o período de estudos com vista ao ingresso ao ensino superior e sua conclusão. Seu incessante apoio e incentivo foi de grande valia para que eu pudesse superar com tranquilidade os obstáculos presentes durante toda a minha caminhada.

Aos amigos e amigas pela amizade compartilhada, com os quais sempre pude dividir sorrisos, momentos felizes e conquistas.

Aos colegas de curso, por trilharem em união desde o início este percurso longo e sinuoso, compartilhando diariamente os ensinamentos obtidos em sala de aula.

Ao professor Alexandre Morais da Rosa que gentilmente aceitou o convite para ser o orientador no presente trabalho, designando obras e sempre disposto em compartilhar seus conhecimentos, razão de incentivo e segurança para que se concluísse o presente trabalho monográfico.

Aos demais professores do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, por terem contribuído para a minha formação acadêmica.

Aos funcionários desta instituição, por toda a presteza e profissionalismo dispensados para a solução dos problemas extraclasse.

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a consumação deste trabalho e formação deste acadêmico, meus sinceros agradecimentos.

*“Sixto Martinez fez o serviço militar num quartel de Sevilha. No meio do pátio desse quartel havia um banquinho. Junto ao banquinho, um soldado montava guarda. Ninguém sabia porque se montava guarda para o banquinho. A guarda era feita porque sim, noite e dia, todas as noites, todos os dias, e de geração em geração os oficiais transmitiam a ordem e os soldados obedeciam. Ninguém nunca questionou, ninguém nunca perguntou. Assim era feito, e sempre tinha sido feito. E assim continuou sendo feito até que alguém, não sei qual general ou coronel, quis conhecer a ordem original. Foi preciso revirar os arquivos a fundo. E depois de muito cavoucar, soube-se. Fazia trinta e um anos, dois meses e quatro dias, que um oficial tinha mandado montar guarda junto ao banquinho, que fora recém-pintado, para que ninguém sentasse na tinta fresca.”*

(Eduardo Galeano)

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema a concepção cênica das salas de audiência e julgamento, mais especificamente em relação ao assento ocupado pelo Ministério Público. Dessa forma, o objetivo geral é demonstrar a arquitetura das salas de audiência e julgamento que melhor se adeque aos princípios estruturantes do sistema processual penal acusatório, implicitamente adotado pela Carta Constitucional brasileira de 1988. Especificamente serão verificados os históricos e conceitos dos sistemas acusatório, inquisitório e misto; as raízes históricas da instituição, tanto em nível nacional, como também internacional; o conceito atualmente vigente de Ministério Público; os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais contrários e favoráveis à redefinição cênica das salas de audiência e julgamento, bem como as propostas para sua concretização. Como forma de atingir os objetivos, far-se-á o uso da pesquisa bibliográfica para a coleta de dados, utilizando-se de publicações doutrinárias e jurisprudenciais encontradas em livros, periódicos, decisões e artigos apresentados em meios eletrônicos. O método de abordagem a ser utilizado será o dedutivo, ou seja, parte-se de uma análise geral para se chegar ao resultado específico referente à proposta ideal para redefinição cênica das salas de audiência e julgamento. Para uma melhor compreensão do tema analisado, dividiu-se o trabalho em três capítulos.

Palavras-chave: Ministério Público. Assento. Sala de audiência e julgamento. Isonomia. Poder simbólico.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2 SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIIS</b>	12
2.1 SISTEMA ACUSATÓRIO	13
2.2 SISTEMA INQUISITÓRIO	19
2.3 SISTEMA MISTO	24
<b>3 HISTÓRICO E CONCEITO DA INSTITUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	28
3.1 O SURGIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	28
3.1.1 Ministério Público na Idade Antiga	28
3.1.2 Ministério Público na Idade Média	30
3.1.3 Ministério Público na Idade Moderna	31
3.2 A EVOLUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM ÂMBITO NACIONAL	32
3.2.1 Período Colonial	33
3.2.2 Período Imperial	34
3.2.3 Período Republicano	37
3.3 CONCEITO DE MINISTÉRIO PÚBLICO	44
<b>4 O ASSENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	50
4.1 ASPECTOS MANTENEDORES DA ATUAL ESTRUTURA MINISTERIAL	51
4.1.1 Lei n. 8.625/1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público	52
4.1.2 Posicionamento doutrinário	53
4.1.3 Posicionamento jurisprudencial	56
4.2 JUSTIFICATIVAS PARA UMA NOVA ARQUITETURA DAS SALAS DE AUDIÊNCIA E JULGAMENTO	58
4.2.1 Garantias constitucionais e legislação infraconstitucional	59
4.2.1.1 Garantia do Devido Processo Legal e Princípio da Isonomia	59
4.2.1.2 Lei n. 8.906/1994 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – e Lei Complementar n. 80/1994 – Lei da Defensoria Pública da União	60
4.2.2 Posicionamento doutrinário e jurisprudencial	61
4.2.3 Poder simbólico	67
4.3 PROPOSTAS PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO CÊNICA DAS SALAS DE AUDIÊNCIA E JULGAMENTO	70
4.3.1 Projeto de Lei Complementar n. 179/2012	71
4.3.2 Recomendação do Conselho Nacional de Justiça	72

<b>4.3.3 Posicionamento doutrinário e jurisprudencial .....</b>	<b>73</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A problemática relacionada ao atual modelo de concepção cênica das salas de audiência e julgamento há muito vem sendo discutida pela doutrina e jurisprudência. O assento ocupado pelo representante do Ministério Público no mesmo plano e logo à direita do magistrado tem sido questionado em face dos princípios que regem o sistema processual penal implicitamente adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A relevância do tema decorre da necessidade de se garantir à defesa tratamento igualitário no processo, e não a mera condição de objeto, fruto de um sistema processual baseado em um modelo inquisitório, diante da aparente desigualdade oriunda da distribuição dos assentos nas salas de audiência e julgamento.

Um dos principais motivos que justificam a escolha do presente tema foi o interesse em se aprofundar acerca do estudo sobre a possibilidade de reestruturação das salas de audiência e julgamento. Busca-se, assim, apurar formas de se garantir às partes o gozo de tratamento igualitário, com as mesmas oportunidades dentro do processo, evitando, desse modo, o desequilíbrio ocasionado pelo poder simbólico resultante da situação do órgão ministerial em um nível superior à defesa e em proximidade do magistrado.

Dessa forma, tendo a presente monografia como tema a concepção cênica das salas de audiência e julgamento, mais precisamente o assento ocupado pelo Ministério Público, pretende-se nesta analisar as características dos sistemas processuais penais, a estrutura e função da instituição ministerial e a problemática de seu assento dentro dessa concepção cênica com o objetivo geral de demonstrar a arquitetura das salas de audiência e julgamento que melhor se adeque aos princípios estruturantes do sistema processual penal acusatório, implicitamente adotado pela Carta Constitucional brasileira de 1988. Especificamente serão verificados os históricos e conceitos dos sistemas acusatório, inquisitório e misto; as raízes históricas da instituição, tanto em nível nacional, como também internacional; o conceito atualmente vigente de Ministério Público; os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais contrários e favoráveis à redefinição cênica das salas de audiência

e julgamento, bem como as propostas para sua concretização.

Como forma de atingir os objetivos, far-se-á uso da pesquisa bibliográfica para a coleta de dados, utilizando-se de publicações doutrinárias e jurisprudenciais encontradas em livros, periódicos, decisões e artigos apresentados em meios eletrônicos. O método de abordagem a ser utilizado será o dedutivo, ou seja, parte-se de uma análise geral para se chegar ao resultado específico referente à proposta ideal para redefinição cênica das salas de audiência e julgamento. Para uma melhor compreensão do tema analisado, dividiu-se o trabalho em três capítulos.

Desta maneira, no primeiro capítulo será realizado um estudo histórico acerca dos sistemas processuais penais (acusatório, inquisitório e misto), apresentando-se, inclusive, as características das quais são revestidos referidos modelos.

No segundo momento, será efetuada uma abordagem histórica sobre o surgimento do Ministério Público durante o período compreendido entre a Idade Antiga e Idade Média. Também se realizará um estudo evolutivo referente à instituição ministerial em âmbito nacional, apontando as características assumidas pelo órgão nos distintos períodos políticos brasileiros, até se chegar ao conceito atualmente vigente de Ministério Público, onde se abordará sua estrutura e garantias.

Já no capítulo derradeiro, convergir-se-á a análise do trabalho para o tema proposto: o assento do Ministério Público nas salas de audiência e julgamento. Para tanto, será apresentada a base legislativa fundamentadora de tal prerrogativa, bem como os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais contrários e favoráveis à redefinição cênica das salas de audiência e julgamento. No final do capítulo, serão apresentadas possíveis propostas para uma nova arquitetura desse espaço, objeto do presente trabalho.

Com sustentáculo nos estudos efetuados e nos argumentos apresentados, poder-se-á concluir a presente monografia com a escolha da proposta de concepção cênica das salas de audiência e julgamento que melhor se adeque aos princípios estruturantes do sistema processual penal adotado pela Constituição Federal de 1988.

## 2 SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS

Para melhor se chegar a um entendimento acerca da função do Ministério Público e seu posicionamento dentro das salas de audiência e julgamento, necessária a realização de um estudo, num contexto macro, dos diferentes tipos de sistemas processuais penais existentes: acusatório, inquisitório e misto. A abordagem a ser efetuada apresentará uma análise histórica e apontará os conceitos e características que fundamentam estes sistemas processuais penais, evidenciando, desta maneira, as garantias e o procedimento que ambientará as atuações dos sujeitos processuais nas salas de audiência e julgamento.

Antes de tudo, para que se possa apontar o sistema processual penal utilizado em determinada sociedade, importante a identificação do princípio-reitor que o constitui<sup>1</sup>. Nessa linha, COUTINHO<sup>2</sup> classificou os sistemas processuais como um “conjunto de temas colocados em relação por um princípio unificador, que formam um todo pretensamente orgânico, destinado a uma determinada finalidade”.

Iniciando esta empreitada, partir-se-á da premissa de que a gestão da prova e a quem ela cabe será a peça definidora de cada sistema processual<sup>3</sup>. Assim, a presença ou não de partes no processo não será aspecto relevante para a verificação do sistema aplicado, mas sim a presença da produção probatória pelas partes ou pelo magistrado<sup>4</sup>.

De acordo com BORGES<sup>5</sup>, em sua abordagem acerca dos sistemas processuais, o processualista italiano chegou a tal conclusão em razão dos estudos históricos efetuados, que o permitiram averiguar a existência de sistemas processuais em que, muito embora a presença de partes, não havia a liberdade para a produção de provas pelas partes com a finalidade de comprovar suas alegações.

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Salo de. **Crítica à execução penal**. 2. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 422.

<sup>2</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Introdução aos princípios gerais do direito processual penal brasileiro**. In: Revista de Estudos Criminais. Porto Alegre: ITEC, ano 1, n. 1, 2001, p. 28.

<sup>3</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O núcleo do problema no sistema processual penal brasileiro**. São Paulo: Boletim IBCCRIM, ano 15, n. 175, 2007, p. 11-13.

<sup>4</sup> LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 134.

<sup>5</sup> BORGES, Clara Maria Roman. **As atuais tendências de reforma do código de processo penal e a promessa de constitucionalização e democratização do sistema processual penal vigente**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL DA ABDCONST, 9, 2010, Curitiba: ABDCConst., Anais do IX Simpósio de Direito Constitucional da ABDCConst. Curitiba: ABDCConst., 2011, p. 203.

Vê-se, desta forma, que com a gestão da prova nas mãos das partes haverá um princípio dispositivo, peça fundante do sistema acusatório, enquanto que quando ela estiver nas mãos do julgador se estará diante de um princípio inquisitivo, que funda o sistema inquisitório. Haverá ainda um sistema que não é embasado por nenhum princípio, o sistema misto<sup>6</sup>, que aponta para a existência de uma fase preparatória inquisitiva e outra fase processual acusatória<sup>7</sup>.

Na linha dos aspectos dos respectivos sistemas é que serão estabelecidas as diretrizes a serem seguidas para a aplicação da lei penal ao caso concreto, em conformidade com o modelo político vigente no Estado. Ou seja, na medida em que ocorriam transformações nas ordens políticas estatais, modificavam-se também os sistemas processuais penais<sup>8</sup>.

Isso é plenamente perceptível através da análise dos modelos políticos, como em Estados democráticos, onde são observadas as garantias de presunção de inocência, contraditório, ampla defesa e imparcialidade do julgador, enquanto que em ordens totalitárias vigora a concentração de poderes na mão de uma única figura<sup>9</sup>.

Observa-se, deste modo, que a finalidade de cada sistema estará relacionada diretamente com a “opção em sacrificar ou não a liberdade individual frente à possibilidade, ainda que remota, da inaplicabilidade da lei penal (punibilidade)”<sup>10</sup>.

Passa-se à análise, portanto, de cada tipo de sistema processual penal existente.

## 2.1 SISTEMA ACUSATÓRIO

O sistema acusatório tem sua origem no direito grego, através da participação direta do povo como executores da função acusatória e julgadora. Quando houvesse delitos que atentassem contra a coletividade (crimes públicos), qualquer pessoa poderia acusar, e não tão somente o ofendido, enquanto que nos delitos menos

---

<sup>6</sup> LOPES JR., 2012, p. 134.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 128.

<sup>8</sup> ARMBORST, Aline Frare. **A atuação instrutória do juiz no processo penal brasileiro à luz do sistema acusatório**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 3.

<sup>9</sup> ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. **A iniciativa instrutória do juiz no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 37, 39.

<sup>10</sup> CARVALHO, 2007, p. 420.

graves (crimes privados) a acusação era feita pela parte ofendida<sup>11</sup>. Esta apresentava e sustentava sua acusação, sem a necessidade de auxílio de terceiros, diante de um representante estatal, ao qual incumbia a função de convocar o tribunal competente para julgar a matéria. Referido tribunal, porém, não realizava a instrução probatória, a qual estava incumbida apenas às partes<sup>12</sup>.

Já no direito romano, o processo penal era dividido em delitos privados e públicos. Naqueles, o Estado assumia a função de árbitro do litígio, decidindo o caso conforme as provas apresentadas pelas partes, enquanto que neste o Estado assumia a função ativa (sujeito) de repressão dos crimes. O processo penal privado, porém, acabou sendo aos poucos abandonado<sup>13</sup>.

Nesse contexto, verificam-se as grandes inovações trazidas pelo sistema processual romano: a *cognitio* e a *accusatio*<sup>14</sup>. A primeira era destinada aos magistrados, aos quais incumbia a função de esclarecer os fatos conforme seu entendimento<sup>15</sup>, concentrando-se neles os poderes de iniciativa, instrução e deliberação, característicos do sistema inquisitório, já que a base procedimental que o fundamentava era a *inquisitio*<sup>16</sup>. Ao povo, ainda, era destinado o recurso de anulação, proposto por condenados que se encaixassem na qualidade de cidadão homem<sup>17</sup>.

Contudo, diante das infrações causadas pelos magistrados, surgiu na sociedade o anseio por um sistema processual que garantisse a incolumidade da ordem pública. Em face desse desejo, apareceu a *accusatio* como alternativa para a situação em que se encontrava o direito romano, pois defendia a necessidade de prévia acusação para que alguém fosse levado a juízo<sup>18</sup>. Assim, de tempos em tempos, era referendado um cidadão do povo, que assumia a persecução e o exercício da ação penal<sup>19</sup>.

---

<sup>11</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. 35. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2013, p. 101.

<sup>12</sup> SOUZA, Willian Lira de. **Sistemas processuais penais**. Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar, Paraná, v. 8, n. 1, p. 113-129, jan./jun., 2005. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/juridica/article/view/1345>>. Acesso em: 26 mar. 2014, p. 117.

<sup>13</sup> TOURINHO FILHO, *op. cit.*, p. 102-103.

<sup>14</sup> LOPES JR., 2012, p. 117.

<sup>15</sup> *Idem*.

<sup>16</sup> SOUZA, W. L., 2005, p. 118.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>18</sup> *Ibidem*, *loc. cit.*

<sup>19</sup> LOPES JR., *op. cit.*, *loc. cit.*

Sobre o procedimento adotado na *accusatio*, escreveu TOURINHO FILHO<sup>20</sup>:

Iniciava-se o processo com a *postulatio* dirigida pelo acusador ao *quaesitor* – quem decidia se o fato alegado constituía crime e se não havia nenhum obstáculo para que a demanda fosse admitida. Aceita a *postulatio*, dava-se a *inscriptio*, isto é, inscrevia-se a *postulatutio* no registro do Tribunal, e, uma vez inscrita, já não podia o acusador desistir e, ao mesmo tempo, nascia para ele o direito de proceder às necessárias investigações para demonstrar em juízo a acusação. Devia, pois, o acusador acompanhar a causa desde a *postulatio* até a decisão final – “*perseveraturum se incrimine usque ad sententiam*”. Punia-se a tergiversação com multa, ficando ainda o tergiversador proibido de proceder a outras acusações. Se na acusação apresentasse fatos falsos, incorreria no crime de calúnia e seria punido.

Percebe-se que, por meio da atribuição da persecução e exercício da ação penal a um órgão distinto dos juízes, o que dava identidade ao sistema acusatório era a separação entre a função de acusar e julgar. Essa estrutura advém do dogma *nullum iudicium sine accusatione* (não há processo sem acusação), segundo o qual ao órgão de acusação é reservada a posição de parte, em situação de paridade com a defesa, e aos juízes a condição passiva de espectador do processo, em face do princípio *ne procedat iudex ex officio* (o juiz não pode proceder de ofício)<sup>21</sup>.

Com o desenvolvimento experimentado pelo processo penal atualmente, entretanto, não se tem como reduzir sua classificação de forma tão simples assim<sup>22</sup>. Faz-se necessária uma abordagem mais complexa acerca das características inerentes a esse sistema.

Portanto, convém trazer algumas particularidades elencadas por FERRAJOLI<sup>23</sup> acerca do modelo de sistema acusatório atualmente vigente:

- a) clara distinção entre as atividades de acusar e julgar;
- b) a iniciativa probatória deve ser das partes [...];
- c) mantém-se o juiz como um terceiro imparcial, alheio a labor de investigação e passivo no que se refere à coleta da prova, tanto de imputação como de descargo;
- d) tratamento igualitário das partes (igualdade de oportunidades no processo);
- e) procedimento é em regra oral (ou predominantemente);
- f) plena publicidade de todo o procedimento (ou de sua maior parte);

<sup>20</sup> TOURINHO FILHO, 2013, p. 103-104

<sup>21</sup> FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 454-455.

<sup>22</sup> LOPES JR., 2012, p. 132.

<sup>23</sup> FERRAJOLI, *op. cit.*, p. 119.



- g) contraditório e possibilidade de resistência (defesa);
- h) ausência de uma tarifa probatória, sustentando-se a sentença pelo livre convencimento motivado do órgão jurisdicional;
- i) instituição, atendendo a critérios de segurança jurídica (e social) da coisa julgada;
- j) possibilidade de impugnar as decisões e o duplo grau de jurisdição.

Observa-se que para haver um sistema acusatório, o processo deve comportar a existência de partes, as quais terão cada uma a sua função na marcha processual<sup>24</sup>. A relação entre estas estará representada por uma estrutura triangular, com dois vértices simbolizando as partes atuantes no processo – acusação e defesa – e um vértice espelhando o órgão supra partes (magistrado)<sup>25</sup>. A fim de conceituar a distribuição de funções dispostas por essa figura geométrica, SOUZA discorreu que “ao acusador, cabe o exercício do poder de requerimento, ao imputado e sua defesa, o poder de resistir à imputação e, finalmente, ao julgador, cabe o poder de decisão”<sup>26</sup>.

Além disso, como forma de proporcionar a efetividade do sistema acusatório, deve ser destinada às partes essencial isonomia paritária. Faz-se necessária, para tanto, além da equidistância em relação ao magistrado, a estruturação de serviços que possibilitem o mesmo grau de representação processual às partes hipossuficientes, a fim de proporcionar a paridade de armas e dialeticidade no processo. Em vista da existência de um serviço público de acusação altamente estruturado, como é o caso do Ministério Público, imprescindível seja concedida também igual forma de constituição ao serviço público de defesa<sup>27</sup> – Defensoria Pública. A questão gira em torno da necessária criação de um campo em que a defesa possa falar e ser ouvida<sup>28</sup>, em contrariedade à “escuridão” em que se via – e se verá no decorrer deste trabalho – o réu envolto diante do juiz da inquisição<sup>29</sup>.

A existência de partes no processo, todavia, não é unicamente o que caracteriza um sistema acusatório. O que lhe dá sentido é a presença da gestão probatória em suas mãos, diante do que o juiz só poderá exercer sua jurisdição com

---

<sup>24</sup> SOUZA, W. L., 2005, p. 124.

<sup>25</sup> FERRAJOLI, p. 465.

<sup>26</sup> SOUZA, *op. cit.*, *loc. cit.*

<sup>27</sup> LOPES JR., 2012, p. 120.

<sup>28</sup> CALAMANDREI, Piero. **Eles, os juízes, vistos por um advogado**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 336-337.

<sup>29</sup> LOPES JR., *op. cit.*, *loc. cit.*

base exclusivamente nas provas apresentadas por aquelas<sup>30</sup>. Nas palavras de LOPES JR.<sup>31</sup>, o modelo acusatório garante a

imparcialidade e a tranquilidade psicológica do juiz que irá sentenciar, garantindo o trato digno e respeitoso com o acusado, que deixa de ser um mero *objeto* para assumir sua posição de autêntica parte passiva do processo penal.

Assim, mesmo que envolto em um sentimento de busca da verdade, o magistrado não poderá assumir a função investigatória. Caso ocorra dúvidas, deverá atentar ao princípio constitucional da presunção de inocência – *in dubio pro reu* – e absolve-lo<sup>32</sup>, e, caso apresentadas provas eivadas de ilegalidade, deverá recusá-las<sup>33</sup>, pois é necessária a sua posição passiva como espectador frente à gestão probatória e ao impulso processual para garantia do sistema<sup>34</sup>.

Com esse contorno, faz-se necessária a concessão de um alto grau de responsabilidade às partes, que assumem posição ativa oposta à condição inerte dos juízes. Cumpre-lhes, desta maneira, proceder à investigação e obter as provas fundamentais para a elucidação dos fatos levados a juízo<sup>35</sup>. Isto porque, dentre suas características, o modelo acusatório concede substancial importância à imparcialidade do juízo e à existência de um eficiente contraditório e ampla defesa<sup>36</sup>. A iniciativa probatória pelas partes, por conseguinte, é o que sustenta a separação das funções do sistema e garante a imparcialidade do juízo. Segundo LOPES JR.<sup>37</sup>:

[...] a imparcialidade é garantida pelo modelo acusatório e sacrificada no sistema inquisitório, de modo que somente haverá condições de possibilidade da imparcialidade quando existir, além da separação inicial das funções de acusar e julgar, um afastamento do juiz da atividade investigatória/instrutória.

Diante da avaliação das provas apresentadas pelas partes e da efetivação do contraditório entre elas é que o juiz prolatará sua sentença. Sua decisão, no entanto, fundamentar-se-á sobretudo em seu livre convencimento<sup>38</sup>.

Conforme apontado, visualiza-se a importância assumida pelo contraditório no modelo acusatório. Referido princípio advém do axioma *nulla probatio sine*

---

<sup>30</sup> COUTINHO, 2001, p. 28.

<sup>31</sup> LOPES JR., 2012, p. 119.

<sup>32</sup> KHALED JR., Salah Hassan. **O sistema processual penal brasileiro: acusatório, misto ou inquisitório?** Civitas: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 2010, p. 305.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 306.

<sup>34</sup> CARVALHO, 2007, p. 9.

<sup>35</sup> LOPES JR., *op. cit.*, p. 120.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>38</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 9-10.

*defensione* (sem defesa e contraditório não há acusação válida), que concede ao imputado a possibilidade de combater as hipóteses levantadas pela acusação através de apresentação de contraprovas, como forma de exaltar os “valores democráticos do respeito da pessoa do imputado, da igualdade entre as partes contendoras e da necessidade prática [...] da refutação da pretensão punitiva e da sua exposição ao controle do acusado”<sup>39</sup>.

O acusado só poderá, destarte, ser considerado culpado e, conseqüentemente, privado de sua liberdade após regularmente condenado por meio do devido processo legal<sup>40</sup>. A liberdade nos casos de medidas cautelares é, à vista disso, regra, sendo o cárcere produto de medidas excepcionais<sup>41</sup>.

Além de citadas características, convém ressaltar a existência de um procedimento público, o que requer continuidade e oralidade do julgamento para que todos tenham acesso e conhecimento da causa, em observância ao interesse público<sup>42</sup>. Através da publicidade, há a exaltação da transparência requerida pelos valores democráticos do sistema acusatório, bem como o controle externo e interno da atividade judiciária pela opinião pública e, principalmente, pelo imputado e seu defensor<sup>43</sup>.

Já com a oralidade se tem garantida a veracidade das provas, as quais obtêm uma maior efetividade de controle por parte do público e do imputado acerca de sua formação. Outrossim, estar-se-á permitindo:

[...] em primeiro lugar, o tratamento da causa em uma só audiência ou em mais audiências aproximadas, de qualquer modo sem solução de continuidade; em segundo lugar, a identidade das presenças físicas dos juízes do início da causa até a decisão e, em terceiro lugar, e conseqüentemente [sic], o diálogo direto das partes entre si e com o juiz [...]<sup>44</sup>.

Ainda, apresentam-se como peculiaridades do sistema acusatória a configuração da coisa julgada e a possibilidade de impugnar e recorrer das decisões<sup>45</sup>.

O sistema processual penal acusatório, cujas origens advêm da Grécia antiga, pode ser, portanto, resumidamente definido como um sistema de partes,

---

<sup>39</sup> FERRAJOLI, 2002, p. 490.

<sup>40</sup> SOUZA, W. L., 2005, p. 126.

<sup>41</sup> CARVALHO, 2007, p. 9-10.

<sup>42</sup> SOUZA, W. L., *op. cit.*, *loc. cit.*

<sup>43</sup> FERRAJOLI, *op. cit.*, p. 492-493.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 495.

<sup>45</sup> LOPES JR., 2012, p. 118-119.

representado por uma relação triangular com duas partes isonômicas e um juiz imparcial. Neste sistema, a função do magistrado estará adstrita ao julgamento da causa, podendo fundamentar sua decisão em seu livre convencimento, o qual tomará por base o contraditório e as provas apresentadas pelas partes, titulares da gestão probatória. Somente após o devido processo legal é que, enfim, poderá ser considerada a parte culpada, sendo sua prisão em momento anterior a essa sentença medida excepcional. Além disso, o procedimento garantirá a publicidade e oralidade do processo, bem como a possibilidade das partes recorrerem da decisão até que, com a configuração da coisa julgada, a sentença se torne imutável e indiscutível, como forma de certificar a segurança jurídica.

## 2.2 SISTEMA INQUISITÓRIO

Seguindo a linha histórica abordada anteriormente, a *accusatio*, ainda ao tempo do império romano, começa a se mostrar insuficiente. A inatividade das partes e a acusação inspirada em intenções de vingança mostrou que a função persecutória deveria passar às mãos do Estado<sup>46</sup>. Este passaria a ter o compromisso de então punir as condutas delituosas e prosseguir na persecução penal, retirando tal encargo da vítima<sup>47</sup>.

Isto posto, surge no direito romano o procedimento *cognitio extra ordinem*, onde podem ser observadas as primeiras formas de sistema inquisitório desenvolvidas na Roma imperial<sup>48</sup>.

A transição entre os sistemas decorreu da possibilidade de que o magistrado procedesse de ofício para os delitos públicos, como nos de lesa majestade por conspiração e subversão, em que o Estado se encontrava na posição de ofendido diante da transgressão aos interesses dos príncipes. Esse procedimento, além de se desenvolver de ofício e ocorrer de maneira secreta e escrita, com investigação realizada a cargo dos juízes estatais delegados pelo príncipe (*irenarchi*, *curiosi*, *nunciatores* e *stattionarii*), utilizava a detenção dos acusados como forma de se obter as provas necessárias para sua condenação, oportunidade na qual eram

---

<sup>46</sup> LOPES JR., 2012, p. 118-121.

<sup>47</sup> SOUZA, W. L., 2005, p. 121.

<sup>48</sup> FERRAJOLI, 2002, p. 453.

efetuadas práticas de torturas<sup>49</sup>. Tanto a investigação, como também a ulterior prolação de sentença era exercida pelos juízes, que, a partir de então, começaram a invadir cada vez mais as atribuições dos acusadores privados, concentrando-se em um mesmo órgão estatal a função de acusar e julgar<sup>50</sup>.

Nesse contexto, LOPES JR. aponta que:

[...] se no início prenominava a publicidade dos atos processuais, isso foi sendo gradativamente substituído pelos processos à porta fechada. As sentenças, que na época Republicana eram lidas oralmente desde o alto do tribunal, no Império assumem a forma escrita e passam a ser lidas na audiência. Nesse momento surgem as primeiras características do que viria a ser considerado como um sistema: o inquisitório.

Não obstante, com a queda do Império Romano o processo se tornou acusatório, confundindo-se com os procedimentos de ordálias e juízos de Deus<sup>51</sup> utilizados pelos povos germânicos. Nestes, a confissão possuía importância extraordinária e os sacrifícios pessoais, a fim de provar sua inocência, eram efetuados perante a divindade através do juramento e dos juízos de Deus ou ordálios. No primeiro, o acusado jurava não ter cometido o delito, declaração esta que poderia ser aceita pelos juízes em razão da crença de que Deus castigaria quem prestasse falso juramento, e enquanto que no segundo, a inocência poderia advir da vitória em um duelo judicial ou mesmo da participação em um flagelo, desde que saísse ileso. A respeito, continua sua preleção TOURINHO FILHO<sup>52</sup>:

Havia outros Juízos de Deus, chamados, posteriormente, *purgationes vulgares*, como o da “água fria” e o da “água fervente”. O primeiro consistia em fazer o réu colocar o braço dentro da água fervente e, se, ao retirá-lo, não houvesse sofrido nenhuma lesão, era inocente... Pelo Juízo de Deus do “ferro em brasa”, devia o acusado segurar por algum tempo um ferro incandescente; caso não se queimasse, era inocente.

A emersão do sistema inquisitório, de forma mais robusta, viria a ser observada posteriormente com o desenvolvimento do direito canônico em um período conhecido, como o próprio nome já indica, por Inquisição<sup>53</sup>. Acerca dessa fase do modelo inquisitório, colaciona-se os apontamentos efetuados por FERRAJOLI<sup>54</sup>:

---

<sup>49</sup> FERRAJOLI, 2002, p. 453.

<sup>50</sup> LOPES JR., 2012, p. 122.

<sup>51</sup> FERRAJOLI, *op. cit.*, *loc. cit.*

<sup>52</sup> TOURINHO FILHO, 2013, p. 106.

<sup>53</sup> KHALED JR., 2010a, p. 295.

<sup>54</sup> FERRAJOLI, *op. cit.*, *loc. cit.*

[...] a inquisição tornou a florescer no século XIII com as Constituições de Frederico II nos processos por crimes de lesa-majestade e, de forma ainda mais terrível e feroz, no processo eclesiástico para os delitos de heresia e magia, nos quais o ofendido era Deus e, por isso, a acusação era obrigatória e pública, não era admitida a incerteza na busca da verdade, nem tolerado o contraditório, sendo antes exigida a colaboração forçada do acusado.

Com os tribunais da inquisição, suprimiu-se a acusação para os crimes públicos e a publicidade dos atos processuais, pois a atuação dos magistrados passou a ocorrer de ofício e em segredo, forma essa também utilizada para a oitiva dos depoimentos das testemunhas. Através de uma simples denúncia, mesmo que anônima, procedia-se à abertura de processo contra o imputado, a quem não era permitida defesa, pois poderia criar obstáculos à busca da verdade, alcançada por meio de torturas<sup>55</sup>.

Esse sistema, regido pelo princípio inquisitivo, caracteriza-se pela concentração de poderes em uma única figura: o juiz inquisidor<sup>56</sup>. Desfaz-se a representação de um juízo imparcial e equidistante das partes para se criar a figura de um juiz defensor dos interesses do Estado em detrimento dos interesses do ofendido<sup>57</sup>. Nele está unificada a função investigatória, acusatória e julgadora<sup>58</sup>, encontrando-se, inclusive, em suas mãos a gestão da prova, característica fundamental deste sistema<sup>59</sup>.

A respeito da produção probatória a cargo do magistrado, colaciona-se o seguinte entendimento:

Isso significa que se opera um primado (prevalência) das hipóteses sobre os fatos, porque o juiz que vai atrás da prova primeiro decide (definição da hipótese) e depois vai atrás dos fatos (prova) que justificam a decisão (que na verdade já foi tomada). O juiz, nesse cenário, passa a fazer quadros mentais paranoicos<sup>60</sup>.

Constata-se, nessa conjuntura, a supressão da concepção de parte. Sua figura era reduzida à condição de objeto do qual poderia dispor o inquisidor para extrair a verdade, que já havia sido previamente estabelecida por suas convicções pessoais. O réu, assim, era convidado a declarar a verdade, sob pena de coação. Para tanto, era permitida a realização de torturas sem quaisquer limitações para

<sup>55</sup> TOURINHO FILHO, 2013, p. 107.

<sup>56</sup> KHALED JR., 2010a, p. 295.

<sup>57</sup> BISSOLI FILHO, Francisco. **Linguagem e criminalização**: a constitutividade da sentença penal condenatória. Curitiba: Juruá, 2011, p. 211.

<sup>58</sup> SOUZA, W. L., 2005, p. 122.

<sup>59</sup> COUTINHO, 2001, p. 28.

<sup>60</sup> LOPES JR., 2012, p. 138-139.

obter a confissão, realizadas em cárcere privado, pois a prisão cautelar era vista como regra geral<sup>61</sup>. Em face dessas práticas, perde-se totalmente a noção de parte, pois a mesma não faz nenhum sentido perante a objetização do imputado<sup>62</sup>.

Demonstração do procedimento adotado para a prática das torturas pode ser observada em trecho da obra de LOPES JR.<sup>63</sup>:

Tendo em vista a importância da confissão, o interrogatório era visto como um ato essencial, que exigia uma técnica especial. Existiam cinco tipos progressivos de tortura, e o suspeito tinha o “direito” a que somente se praticasse um tipo de tortura por dia. Se em 15 dias o acusado não confessasse, era considerado como “suficientemente” torturado e era liberado. Sem embargo, os métodos utilizados eram eficazes e quiçá alguns poucos tenham conseguido resistir aos 15 dias. O pior é que em alguns casos a pena era de menor gravidade que as torturas sofridas.

A confissão era tida aqui como a rainha das provas, dentro de um sistema de evidências legais com seus valores escalonados, de modo que nenhuma outra prova produzida pelo acusado em sentido contrário poderia contrapô-la<sup>64</sup>. A decisão surge como um produto das provas tarifadas ou da íntima convicção do magistrado<sup>65</sup>.

Aparecem também como características marcantes do sistema inquisitório a ausência de contraditório<sup>66</sup>, motivo pelo qual não são aplicados nesse modelo os princípios atinentes à igualdade e liberdade processual<sup>67</sup>. Some-se a isso a não configuração da coisa julgada, como no caso da Santa Inquisição, em que o acusado não era declarado inocente, mas tão somente absolvido por não ter sido nada provado contra ele, motivo pelo qual o caso poderia ser retomado posteriormente pelo tribunal<sup>68</sup>, e a descontinuidade da produção probatória, pois poderia ser a acusação aditada a qualquer tempo, ao aparecerem novas suspeitas<sup>69</sup>. Além disso, conforme já citado, o procedimento era secreto e escrito, sendo esta última característica uma maneira de aumentar consideravelmente o sigilo dos

---

<sup>61</sup> KHALED JR., 2010a, p. 295-296.

<sup>62</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O papel do novo juiz no processo penal**. In: Crítica à Teoria Geral do Processo Penal. Rio de Janeiro: Renovar, p. 23.

<sup>63</sup> LOPES JR., 2012, p. 126.

<sup>64</sup> SOUZA W. L., 2005, p. 123.

<sup>65</sup> CARVALHO, 2007, p. 420.

<sup>66</sup> LOPES JR., *op. cit.*, p. 122.

<sup>67</sup> TOURINHO FILHO, 2013, p. 115.

<sup>68</sup> EYMERICH, Nicolau. **Manual dos Inquisidores**. Escrito em 1376, rev. e ampl. por Francisco de la Peña em 1578. Trad. Maria Jose Lopes da Silva. 2. ed. Brasília: Rosa dos Tempos, 1993, p. 150-151.

<sup>69</sup> SOUZA, W. L., *op. cit.*, p. 122.

julgamentos, pois, à época, muitas pessoas não sabiam ler<sup>70</sup>.

Quanto a essas características, o ilustre jurista italiano FERRAJOLI<sup>71</sup> já afirmava que

segredo, escritura e sobretudo ausência de contraditório e de defesa são os corolários da sua epistemologia eminentemente substancial, que remete a obtenção da verdade unicamente à capacidade e ao poder de investigação do juiz-postulante.

A prática desses procedimentos, alicerçados em referido modelo inquisitorial, dominou a Europa Continental até o Século XVIII, quando se iniciou um movimento contrário a esse sistema<sup>72</sup>.

Entretanto, mesmo com sua depreciação, o sistema inquisitório ainda hoje continua a ser utilizado como ferramenta de Estados com regime ditatorial, diante de sua serventia para os setores mais conservadores da sociedade. Pode-se citar, como exemplo, o Código de Processo Penal Brasileiro<sup>73</sup>, promulgado em 1941, durante o regime político ditatorial e totalitário conhecido como Estado Novo. Das características depositadas nesse normativo advindas do modelo inquisitório perduram até hoje, mesmo com a promulgação da constituição cidadã, de índole democrática, como objetivos diretos do procedimento penal a “persecução penal pública dos delitos (...) e a busca da verdade histórica”<sup>74</sup>.

A coexistência de princípios inquisitivos no interior de um regime democrático, contudo, gera certa incompatibilidade. Isso porque suas premissas não se adaptam aos fundamentos da base jurídica de um Estado Democrático de Direito, a qual preserva a existência de um juiz natural, imparcial e comprometido com o cumprimento da Constituição<sup>75</sup>.

Desta forma, o modelo inquisitório aparece como um sistema de origem romana, que teve sua ascensão destacada no direito canônico durante a Santa Inquisição. Dentre suas particularidades, observa-se a concentração da gestão probatória e da função investigatória, acusatória e julgadora na figura do juiz. Sua decisão não virá fundamentada no contraditório, o qual é inexistente, mas sim na valoração das provas tarifadas ou na sua íntima convicção, utilizando-se do réu

<sup>70</sup> SOUZA, W. L., 2005, p. 118-119.

<sup>71</sup> FERRAJOLI, 2002, p. 488.

<sup>72</sup> TOURINHO FILHO, 2013, p. 109-110.

<sup>73</sup> KHALED JR., Salah Hassan. **O problema da prevalência do poder na jurisdição penal:** rumo ao estabelecimento de uma jurisdição penal como poder-dever e direito fundamental. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, v. 34, n. 1, 2010, p. 70.

<sup>74</sup> MAIER *apud* SOUZA, W. L., 2005, p. 119.

<sup>75</sup> KHALED JR., 2010b, p. 70-71.



apenas como mero objeto para extrair a confissão, tida como a rainha das provas, através da prática de torturas, a fim de convalidar a sua compreensão de verdade previamente definida. Esse procedimento ocorria de forma secreta e escrita, podendo ser a qualquer tempo aditada a acusação e retomado o julgamento, em face da descontinuidade da produção probatória e da não configuração da coisa julgada.

## 2.3 SISTEMA MISTO

Os procedimentos adotados pelo sistema inquisitório geraram muitas críticas por parte de alguns escritores. Dentre os que combateram esse modelo, destacam-se Montesquieu, que criticava as torturas e enaltecia a instituição do Ministério Público, Beccaria, com o entendimento de que o *jus puniendi* (direito de punir do Estado) deveria servir à defesa da sociedade dentro de um patamar de justiça e utilidade, e Voltaire, que discordava do papel de inimigos dos acusados assumido pelos juízes. Mas foi na sequência, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que o sistema inquisitório veio a ter consolidado o seu enfraquecimento<sup>76</sup>.

Deste modo, com a alavancada dos ideais iluministas através da Revolução Francesa (Séc. XVIII), amparados pela crescente valorização do ser humano e a relativização do poder estatal, criou-se um ambiente propício para a reestruturação do sistema acusatório<sup>77</sup>.

Porém, em face do cenário de queda da Inquisição e alavancada do modelo acusatório, o Estado via a necessidade de manter em suas mãos a persecução penal e o poder de penalizar. Diante de tal contexto, surgiu a possibilidade de se dividir em fases o processo e destinar a função acusatória e julgadora a distintos sujeitos, representantes do monopólio estatal<sup>78</sup>.

Com a finalidade de cindir o juízo e a investigação, o Código de Processo Penal francês de 1808 apresentou um novo sistema processual que correspondeu à separação do processo em três etapas: a investigação preliminar, a instrução preparatória e o exercício de um juízo de fato pelo magistrado, acerca das provas

---

<sup>76</sup> TOURINHO FILHO, 2013, p. 110.

<sup>77</sup> SOUZA, W. L., 2005, p. 123-124.

<sup>78</sup> LOPES JR., 2012, p. 127.

colhidas na fase inquisitória, sob uma veste de sistema acusatório<sup>79</sup>.

Não obstante o novo sistema processual acusatório, permaneceram características do sistema inquisitório, como a busca da verdade real, que, todavia, não possuiria correspondência com os fatos, mas em semelhança à convicção originária do próprio magistrado nas intenções dos investigadores originais<sup>80</sup>.

Aqui convém abrir um parêntese: em meio a esse cenário é que está ligado intimamente o surgimento da instituição do Ministério Público. Conforme os ensinamentos apresentados por FERRAJOLI<sup>81</sup>:

Na época do Iluminismo foi discutida por muito tempo a oportunidade de confiar a acusação pública a um “vingador público”, como Montesquieu quis denomina-lo, ou de restabelecer seu caráter popular, reservando a um órgão público apenas funções subsidiárias ou suplementares, como propôs Filangieri.

Acerca dessas duas soluções apresentadas, prossegue sua dissertação:

A primeira solução foi imposta na Europa continental: na Áustria, com a Constituição criminal teresina de 1768, que aboliu a “acusação voluntária”, e sobretudo na França, com a Constituição do ano VIII e depois com o Código de Processo de 1808 e o Ordenamento Judiciário de 1810, que instituíram o monopólio da ação penal a cargo de um “Ministério Público” de nomeação governativa, posteriormente reproduzido mais ou menos integralmente na Itália e em quase todo o continente europeu. A segunda solução, ao contrário, se afirmou nos ordenamentos anglo-saxões, que também acabaram confiando o exercício da ação penal a órgãos substancialmente públicos (o *Director of Public Prosecutions* e o *Attorney General*), ainda que concomitantemente com as formas mais ou menos residuais de ação popular.

Frente a isso é que se pode conceber a relação entre sistema inquisitivo e Ministério Público: uma parte fabricada para dividir a atividade estatal, garantir a imparcialidade do juiz e permitir o funcionamento do sistema acusatório. No fim, contudo, permaneceu nas mãos do Estado a função de acusar e julgar, o que demonstrou o viés inquisitório dessa partição<sup>82</sup>.

Como LOPES JR.<sup>83</sup> afirma, Napoleão “como ‘bom’ tirano jamais concordaria com uma mudança dessa natureza se não tivesse certeza de que continuaria com o controle total, através da fase inquisitória, de todo o processo”.

Deste modo, para o professor BISSOLI FILHO, a principal característica

---

<sup>79</sup> TOURINHO FILHO, 2013, p. 117.

<sup>80</sup> KHALED JR., 2010a, p. 298.

<sup>81</sup> FERRAJOLI, 2002, p. 455.

<sup>82</sup> LOPES JR., 2012, p. 128.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 131.

desse sistema não estaria na separação da função acusatória e julgadora, tão pouco na garantia ao contraditório, mas sim na gestão da prova. Nesse modelo, a gestão probatória ainda permaneceria nas mãos do juiz, o qual poderia partir em busca da verdade já construída em sua concepção. O magistrado, assim, poderia “ir por caminhos diversos, pois a sua soberania nessa atividade é tamanha que lhe cabe, em face dos seus pré-julgamentos, escolher os caminhos que levam à verificação ou à refutação”<sup>84</sup>.

E isto pode ser observado, inclusive, por meio da análise da disposição contida no artigo 156 do Código de Processo Penal Brasileiro, que prevê a produção probatória de ofício pelo magistrado antes de começada a ação penal, como também durante seu andamento.

Em vista da atribuição de poderes instrutórios ao magistrado, restam prejudicadas as garantias do contraditório e da imparcialidade, bases da estrutura acusatória. A aniquilação da dialeticidade processual acaba por prejudicar qualquer tentativa de manutenção de uma etapa processual acusatória<sup>85</sup>.

Além disso, nas fases investigatória e preparatória o processo se desenvolvia em segredo e sob a forma escrita<sup>86</sup>, sendo a prova colhida durante os atos investigatórios e transportada para dentro do processo mascarada pelo discurso do julgador a fim de justificar sua condenação, sob a argumentação de que a prova do inquérito estaria reforçada pela prova judicial<sup>87</sup>. A esse teor, colaciona-se o seguinte entendimento:

É claro que esse conúbio híbrido entre segredo e repercussão propicia ao imputado as desvantagens tanto do sigilo como da publicidade. [...] Sob esse aspecto, a publicidade parcial do processo misto acaba sendo uma publicidade unicamente da acusação – da incriminação, da prisão e talvez das provas de acusação – e não da defesa, convertendo-se assim de garantia contra o arbítrio em instrumento ulterior de penalização social preventiva<sup>88</sup>.

Some-se a isto os danos causados por uma oralidade também parcial. Isso porque os depoimentos verbalizados e escritos na fase de instrução acabam, por vezes, prejudicando os depoimentos orais colhidos na fase dos debates<sup>89</sup>.

O presente caso, o qual nos remete à Revolução Francesa, aparece como um

---

<sup>84</sup> BISSOLI FILHO, 2011, p. 213-214.

<sup>85</sup> LOPES JR., 2012, p. 138-139.

<sup>86</sup> TOURINHO FILHO, 2013, p. 112.

<sup>87</sup> LOPES JR., *op. cit.*, p. 130.

<sup>88</sup> FERRAJOLI, 2002, p. 494.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 495.

exemplo de sistema misto, que, no conceito de COUTINHO<sup>90</sup>, significaria “ser, na essência, inquisitório ou acusatório, recebendo a referida adjetivação por conta dos elementos (todos secundários), que de um sistema são emprestados ao outro”.

Para o autor, contudo, não há como falar na existência de um sistema misto, já que sua essência é integralmente inquisitória. Basta o comprometimento da estrutura acusatória para que o sistema assim se configure<sup>91</sup>.

Na mesma linha, LOPES JR.<sup>92</sup> diz que, ao contrário dos demais, não há um princípio informador para o sistema misto. Pode-se, então, classifica-lo como insuficiente por não identificar o núcleo fundante, já que não basta a simples separação da função acusatória e julgadora para se ter um sistema acusatório: é necessário que a gestão da prova esteja nas mãos das partes. Além disso, para que haja um contraditório, deve o juiz se manter alheio ao processo, destinando igualdade de tratamento e oportunidades às partes<sup>93</sup>. Para o autor, poder-se-ia denominar esse modelo de (neo) inquisitorial<sup>94</sup>.

Muito embora as críticas efetuadas, tal sistema teve ampla difusão pela Europa Continental em decorrência das guerras napoleônicas. Em razão dessa influência, ainda hoje o sistema processual penal misto é adotado pelos sistemas jurídicos de países ocidentais<sup>95</sup>.

Ante o apresentado, verifica-se que o sistema misto apareceu juntamente com a Revolução Francesa como uma forma de solucionar os problemas atinentes ao sistema inquisitório. Com a intenção de retornar ao sistema acusatório, mas sem tirar o poder das mãos do Estado, dividiu-se o processo em uma fase preliminar inquisitória, revestida por um procedimento sigiloso, escrito e sem contraditório, e uma fase processual, supostamente acusatória, com características de publicidade e oralidade. Não há, contudo, como apontar a efetiva presença de garantias acusatórias nesta fase, visto que, embora haja a separação da função acusatória e julgadora, através do surgimento do Ministério Público, não há um terreno fértil para a efetivação da imparcialidade do juiz e do contraditório, já que a gestão probatória continua nas mãos deste. Permanece, por conseguinte, a busca pela verdade real, característica do sistema inquisitório, que atrela a decisão do juiz a sua íntima

---

<sup>90</sup> COUTINHO, 2001, p. 5-6.

<sup>91</sup> KHALED JR., 2010a, p. 299.

<sup>92</sup> LOPES JR., 2012, p. 134.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 129.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 128.

<sup>95</sup> SOUZA, W. L., 2005, p. 120.

convicção, amparada pelas provas colhidas na fase preliminar.

Ao expor as origens históricas, diferenças e características dos sistemas processuais penais para compreensão das garantias e procedimentos que ambientalizam a atuação dos sujeitos processuais no interior das salas de audiência e julgamento, imprescindível a efetuação de uma análise mais aprofundada acerca da evolução do Ministério Público até chegar ao conceito adotado pelo nosso ordenamento jurídico.

### 3 HISTÓRICO E CONCEITO DA INSTITUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Após analisar os conceitos, características e aspectos históricos dos sistemas processuais penais, com a intenção de proporcionar uma base referencial para se extrair o modelo sistemático processual penal observado na atuação cênica em sala de audiência e julgamento, faz-se necessário convergir o foco dos estudos para o âmbito da instituição do Ministério Público.

Para tanto, far-se-á uma verificação global acerca de seu surgimento, apurando-se, na sequência, sua evolução a nível nacional, desde o período colonial até o início do segundo milênio, concluindo a abordagem com o conceito definidor de Ministério Público no ordenamento pátrio vigente.

#### 3.1 O SURGIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A origem histórica do Ministério Público ainda hoje é assunto de divergências na doutrina. Muito se discute sobre as primeiras figuras que exerceriam funções assemelhadas aos dos promotores públicos ao decorrer da história.

Apresenta-se, deste modo, alguns apontamentos históricos que poderiam ser indicados como o surgimento do Ministério Público.

##### 3.1.1. Ministério Público na Idade Antiga

A respeito da origem do Ministério Público na idade antiga, há alguns autores que apontam o *magiaí*, do Egito Antigo<sup>96</sup>, como um dos primeiros vestígios da

---

<sup>96</sup> FERRAZ, Antônio Augusto Mello de Camargo (Coord.). **Ministério público: instituição e processo**. São Paulo: Atlas, 1997, p. 37.

função na história antiga. Encontram-se também indicações no Código de Hamurabi acerca da existência dos *redoudani*, figuras as quais recebiam a função de ser os “ouvidos e a língua do rei”<sup>97</sup>. Apresentando a posição destes autores, BRÜNING<sup>98</sup> preleciona que

[...] os vestígios mais antigos são encontrados no Egito, há 4.000 anos, em funcionários a quem competia ser a língua e os olhos do Rei; ouvir as palavras da acusação; proteger o órfão, a viúva e o homem justo; tomar parte nas instruções para descobrir a verdade e castigar os rebeldes, violentos e mentirosos.

Também são encontrados na doutrina apontamentos sobre o *sopherin*, dos Hebreus, o *tesmóteta*, da Grécia, o *éforo*, de Esparta, o *irenarcha*, de Roma, e o *vindex religioms*, do Direito Canônico, como os primeiros indícios da função de promotoria<sup>99</sup>. Na Grécia Antiga, existiram os *tesmótetas*, seis membros de um Arcontato (conselho que era responsável por dirigir a vida religiosa da cidade e presidir às cerimônias do culto), que exerciam as funções de fiscais da execução das leis atenienses. Existiram também os *éforos*, magistrados, em número de cinco, eleitos anualmente em Esparta, que formavam um tribunal para controlar os atos dos dois reis espartanos e dos gerontes (câmara com 28 membros, escolhidos entre cidadãos espartanos com mais de 60 anos)<sup>100</sup>.

Discorre-se, ainda, sobre outros posicionamentos doutrinários que apontam seu surgimento na Grécia e em Roma. Aparece, assim, com a função de defesa do patrimônio e interesses fiscais do príncipe a figura dos procuradores do rei, denominados de *advocatus fisci*, *statoriarii*, *defensor civitatis* ou *procuratoris caesaris* em Roma, ou como os já citados *éforos*, em Esparta, e *tesmótetas*, na Grécia<sup>101</sup>.

Mesmo que haja, desta maneira, inúmeros relatos de funções semelhantes a dos promotores, não há um consenso na doutrina que aponte os primeiros indícios do exercício da função na Idade Antiga.

<sup>97</sup> FERRAZ, 1997, p. 131.

<sup>98</sup> BRÜNING, Raulino Jacó. **História do ministério público catarinense**. Florianópolis: Habitus, 2001, p. 23.

<sup>99</sup> ESTANISLAU, Paul Benedict. **A instituição do ministério público na constituição da república federativa do brasil de 1988**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2003, p. 4-5.

<sup>100</sup> SOUZA, Victor Roberto Corrêa de. **Ministério Público: aspectos históricos**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 229, 22 fev. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4867>>. Acesso em: 9 abri. 2014.

<sup>101</sup> BRÜNING, 2001, p. 23.

### 3.1.2. Ministério Público na Idade Média

Buscou-se, ainda, durante a Idade Média, apontar uma possível origem do Ministério Público através dos *saions* germânicos ou mesmo em indivíduos cujas funções estavam relacionadas à defesa dos senhores feudais em juízo: os *bailios* e *senescais*. Há também indicações dos *gastaldi*, oriundos do direito da tribo longobardo, e dos *gemeiner anklager*, responsáveis pela acusação nos casos de inércia dos particulares<sup>102</sup>.

Entretanto, somente com a edição do Estatuto de São Luís, no séc. XIII, sob ordem do Rei Luís IX, que se verificou uma iniciativa para o surgimento da instituição<sup>103</sup>. A doutrina, desta maneira, converge seu entendimento no sentido de que seu surgimento estaria ligado ao *les gens du roi*, no século XIV, através dos procuradores do rei Felipe da França<sup>104</sup>. As funções destes, à época, estariam relacionadas à representação dos interesses privados dos reis perante os tribunais<sup>105</sup>.

Nas palavras de FERRAZ<sup>106</sup>:

[...] pela *Ordonnance* de Felipe, “o belo” (25-3-1303), institucionalizaram-se as funções exercidas pelos promotores de justiça, podendo dessarte ser considerada como “a certidão de nascimento” do Ministério Público, ainda que inicialmente encarados como *procureurs du roi*, e só posteriormente como *procureurs des gens*.

A origem da instituição decorreu, destarte, da fusão entre os advogados do rei – *avocatus du roi* – e os procuradores do rei – *procureurs du roi* –, cujo ideal centralizador se encontrava na defesa dos interesses do soberano (Estado). As atribuições daqueles estariam relacionadas exclusivamente à seara cível, enquanto que as destes estariam atreladas às funções de fisco e outras de natureza criminal<sup>107</sup>.

De acordo com os relatos históricos apresentados por SILVA<sup>108</sup>:

Com a Ordenação de 23 de março de 1303, de Felipe, o Belo, inicia-

<sup>102</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. **Regime jurídico do ministério público**: análise da lei orgânica nacional do ministério público, aprovada pela lei n. 8.625. São Paulo: Saraiva, 1993, p. 2.

<sup>103</sup> FERRAZ, 1997, p. 131.

<sup>104</sup> ESTANISLAU, 2003, p. 4-5.

<sup>105</sup> SILVA, Jádel da. **O ministério público**: origens históricas e perspectivas atuais. Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense, Florianópolis, v. 1, 1978, p. 52.

<sup>106</sup> FERRAZ, *op. cit.*, p. 132.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>108</sup> SILVA, *op. cit.*, *loc. cit.*

se a disciplina do Ministério Público, considerada por César Salgado a certidão de nascimento da instituição. Os “gens du roi” de simples mandatários judiciais, especialmente nas questões que interessavam ao fisco, passaram a acusadores oficiais, encarregados de mover ações penais e de fiscalizar a atividade da Justiça e da Polícia.

Nesse período, a arquitetura da sala de audiências era distribuída de forma diversa da que é verificada na atualidade. Os procuradores dos reis – *les gens du roi* – tomavam assento sobre o assoalho da sala de audiências, cuja tradução advinda do francês marcou a denominação até hoje usualmente utilizada para caracterizar os membros do Ministério Público: *parquet*. Somente após, a instituição viria a transpor à condição de magistrado – *magistrature debout* (magistratura de pé) – e galgar assento acima do estrado, ao lado dos juízes, conhecidos como magistratura sentada – *magistrature assise*<sup>109</sup>.

Era, desta forma, tão alta a importância da instituição à época dos *advocats* e *procureurs du roi* que a seus membros era destinada total independência em face dos magistrados. Recebia, inclusive, o conceito equivalente a uma verdadeira magistratura, embora com essa não se confundisse, tanto é que dirigiam suas palavras aos juízes no mesmo nível geográfico, junto ao estrado em que se posicionavam estes, sendo necessário apenas que ficassem de pé com esse intento<sup>110</sup>.

Em pleno século XV, porém, as funções dos procuradores do rei se limitavam à requisição de pena e controle do processo, visto que à parte era garantida a direção da acusação. Tais atribuições viriam a ser, ainda, ampliadas por meio da Ordenação de 1670, que lançou as bases de um processo público<sup>111</sup>.

### 3.1.3. Ministério Público na Idade Moderna

Com a formação do Estado Moderno europeu, pode se fazer uma relação entre esta e o encaminhamento de um perfil institucional de Ministério Público mais

<sup>109</sup> GOYET *apud* MAZZILLI, Hugo Nigro. **Regime jurídico do ministério público**: análise do ministério público na constituição, na lei orgânica nacional do ministério público, na lei orgânica do ministério público da união e na lei orgânica do ministério público paulista. 6. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 39.

<sup>110</sup> TORNAGHI, Hélio. **Comentários ao código de processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, 1976, p. 277-278.

<sup>111</sup> LYRA, Roberto. **Teoria e prática da promotoria pública**. Porto Alegre: co-edição Sérgio Antônio Fabris Editores e Escolas Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 1989, p. 20.



correlato ao que é conhecido atualmente. Segundo FERRAZ<sup>112</sup>,

[...] o Ministério Público surge orientado basicamente pelos seguintes princípios: I. a superação da vingança privada (só possível ao poderoso e ao rico); II. Entrega da ação penal a um órgão público tendente à imparcialidade; III. A distinção entre juiz e acusador; IV. Tutela dos interesses da coletividade e não só daquele do fisco do soberano; V. execução rápida e certa das sentenças dos juízes.

Ao final da Idade Média, iniciou-se um processo de separação de poderes, onde a instituição apareceu como resposta à concentração de poderes encontrada nas mãos dos monarcas<sup>113</sup>.

Esse período de transição se antepôs ao advento da Revolução Francesa, que iniciou a fase conhecida como Idade Contemporânea. Nesta, a instituição veio a alcançar a estrutura e organização observadas nos dias atuais<sup>114</sup>. Foi, inclusive, por meio desse acontecimento histórico e através dos textos escritos por Napoleão que o Ministério Público pode conferir garantias a seus membros<sup>115</sup>.

### 3.2. A EVOLUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM ÂMBITO NACIONAL

Apurados os apontamentos históricos acerca do surgimento do órgão ministerial em âmbito global, convém remeter o estudo para a exploração do tema referente à evolução da instituição a nível nacional.

Neste aspecto, observar-se-á que há uma série de peculiaridades presentes no Ministério Público nacional que o distingue das instituições presentes em outras localidades. Tal fato decorre dos modelos de engenharia institucional adotados pelos sistemas judiciais de países ocidentais, os quais possuem uma origem histórico-institucional distinta, como é o caso do Brasil<sup>116</sup>.

Assim, passa-se à averiguação das características e aspectos históricos concernentes à instituição em âmbito nacional, a fim de formar uma base para a compreensão do atual conceito de Ministério Público adotado pela legislação vigente.

---

<sup>112</sup> FERRAZ, 1997, p. 38.

<sup>113</sup> *Idem*.

<sup>114</sup> RASSAT *apud* MAZZILLI, 2007, p. 39.

<sup>115</sup> MAZZILLI, 2007, p. 39.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 36.

### 3.2.1 Período Colonial

Remonta-se ao período colonial a introdução do Ministério Público no Brasil. De acordo com a doutrina, pode-se dizer que o surgimento do órgão ministerial no cenário nacional está intimamente atrelado ao Direito Português<sup>117</sup>.

Muito embora sem aplicação prática no território nacional, as Ordenações Afonsinas, promulgadas no reinado de D. Afonso V, no ano de 1446, já traziam traços característicos da instituição que influenciariam a substituição da vingança privada pela justiça criminal pública, como pode ser verificado no Livro I, Título VIII – “Do Procurador dos nossos feitos” e no Título XIII – “Dos Procuradores, e dos que nom podem fazer procuradores”<sup>118</sup>.

A fonte do *parquet*, porém, é atribuída ao período abrangido pelas Ordenações Manuelinas<sup>119</sup>. De acordo com MAZZILLI, visualiza-se nas Ordenações Manuelinas de 1521 identificações da instituição nos títulos XI, que trata “Do Procurador dos nossos feitos”, e XII, referente ao “Promotor de Justiça da Casa da Supricaçam”, pertencentes ao Livro I<sup>120</sup>. A função de promotor de Justiça, com atribuições junto às Casas da Suplicação e nos juízos das terras, de acordo com estas compilações, deveria ser exercida por um sujeito “letrado e bem entendido para saber espartar e alegar as causas e razões, que para lume e clareza da justiça e para inteira conservação dela convém”<sup>121</sup>.

Durante o sistema das capitanias hereditárias, pouca atuação era reservada aos promotores. O exercício da justiça estava nas mãos dos donatários, que recebiam este direito dos reis, juntamente com o de arrecadação de dízimo e nomeação de tabeliães e oficiais de Justiça, por meio do Foral, documento que estabelecia “direitos e obrigações perante a Coroa e sobre os habitantes”<sup>122</sup>.

Já no período dos governadores gerais, um fato foi determinante para o rumo da legislação vigente na colônia: o domínio espanhol sobre o Brasil. Diante do falecimento do rei de Portugal, Dom Henrique, em 1580, o rei da Espanha, Dom Felipe II, julgou-se legitimado ao trono português por ser neto de Dom Manuel I, de Portugal. Com a força de seu exército, o rei espanhol tomou a coroa portuguesa e

---

<sup>117</sup> ESTANISLAU, 2003, p. 5.

<sup>118</sup> BRÜNING, 2001, p. 28.

<sup>119</sup> ESTANISLAU, *op. cit.*, p. 6.

<sup>120</sup> MAZZILLI, 1993, p. 5.

<sup>121</sup> FERRAZ, 1997, p. 39.

<sup>122</sup> BRÜNING, *op. cit.*, p. 32-34.

ordenou, no ano de 1595, a reforma das leis de Portugal, o que geraria a substituição das Ordenações Manuelinas pelas Ordenações Filipinas<sup>123</sup>.

Sob a égide das Ordenações Filipinas de 1603, foram disciplinados nos títulos XII, XIII, XV e XLIII do Livro I<sup>124</sup> os cargos de promotor de justiça, cuja função era a de garantir a segurança da jurisdição civil contra os invasores da jurisdição eclesiástica<sup>125</sup>, e o de procurador dos feitos da coroa, fazenda e fisco, através da implementação da Relação da Bahia, no ano de 1609, os quais integravam um tribunal composto por 10 (dez) desembargadores<sup>126</sup>. Tais funções, nas palavras de BRÜNING, estavam “direcionadas sobretudo à defesa dos interesses reais, tanto que se denominavam procuradores dos Feitos da Coroa..., não do Estado”<sup>127</sup>.

No âmbito processual penal, vigia o sistema inquisitório. Iniciava-se o processo por meio de devassas, querelas ou denúncias, estas últimas promovidas, em maior parte, pelas vítimas. Ao promotor também era possibilitada a iniciativa processual nos casos de alguns crimes<sup>128</sup>.

Ainda, no ano de 1751, viria a ser criada como órgão recursal da Relação da Bahia a Relação do Rio de Janeiro. Neste Tribunal, dissociaram-se os cargos de promotor de justiça e procurador dos feitos da coroa e fazenda, o que significou a partida para a separação de funções entre a Procuradoria da República e a instituição do Ministério Público<sup>129</sup>.

### 3.2.2 Período Imperial

Até a independência do Brasil em 1822, o território nacional estava regido por ordenações estanques que sequer recebiam atualizações, o que impediu uma evolução da Justiça. O primeiro passo, porém, viria a acontecer através da abolição da tortura e algumas penas graves por ato do príncipe Dom Pedro<sup>130</sup>. Ainda assim, com o processo de emancipação, o país passou por uma situação de

---

<sup>123</sup> BRÜNING, 2001, p. 35-36.

<sup>124</sup> MAZZILLI, 1993, p. 5-6.

<sup>125</sup> OTTOBONI, Marcus Vinícius Rodrigues Silva. **Poder investigatório criminal do ministério público**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009, p. 5.

<sup>126</sup> FERRAZ, 1997, p. 39.

<sup>127</sup> BRÜNING, *op. cit.*, p. 45.

<sup>128</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>129</sup> FERRAZ, *op. cit.*, p. 40.

<sup>130</sup> BRÜNING, *op. cit.*, p. 63.

desorganização com a instituição do Império, sendo criadas, inclusive, regras que não indicavam ao certo as atribuições dos membros<sup>131</sup>.

Com a outorga da Constituição do Império de 1824, denota-se inicialmente que o Ministério Público foi deixado de lado. Houve apenas passagens que atribuíam ao procurador da coroa e soberania nacional, com ressalvas à competência da Câmara dos Deputados, a função de acusar os crimes perante o juízo<sup>132</sup>.

Contudo, foi com a criação do Código de Processo Criminal do Império de 1832 que surgiu a função de promotor público no Brasil, regradada por meio dos artigos 36 a 38 da seção III<sup>133</sup>, que assim dispunham:

Art. 36. Podem ser Promotores os que podem ser Jurados; entre estes serão preferidos os que forem instruídos nas Leis, e serão nomeados pelo Governo na Côrte, e pelo Presidente nas Províncias, por tempo de tres annos, sobre proposta triplice das Camaras Municipaes.

[...]

Art. 38. No impedimento, ou falta do Promotor, os Juizes Municipaes nomearão quem sirva interinamente.

E, sobre as funções exercidas:

Art. 37. Ao Promotor pertencem as attribuições seguintes:

1º Denunciar os crimes publicos, e policiaes, e accusar os delinquentes perante os Jurados, assim como os crimes de reduzir á escravidão pessoas livres, carcere privado, homicidio, ou a tentativa delle, ou ferimentos com as qualificações dos artigos 202, 203, 204 do Codigo Criminal; e roubos, calumnias, e injurias contra o Imperador, e membros da Familia Imperial, contra a Regencia, e cada um de seus membros, contra a Assembléa Geral, e contra cada uma das Camaras.

2º Solicitar a prisão, e punição dos criminosos, e promover a execução das sentenças, e mandados judiciais.

3º Dar parte ás autoridades competentes das negligencias, omissões, e prevaricações dos empregados na administração da Justiça.

Este normativo substituiu a estrutura judiciária herdada da legislação portuguesa e a dividiu conforme a seguinte organização: distritos de paz, comarcas

<sup>131</sup> OTTOBONI, 2009, p. 6.

<sup>132</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao ministério público**. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 3-4.

<sup>133</sup> BRASIL. **Lei de 29 de novembro de 1832**. Promulga o código do processo criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da justiça civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

e termos. Nestes últimos, além de juízes municipais, escrivães, conselho de jurados e outros oficiais, determinava-se a presença de um promotor público nomeado “pelo governo, na Corte, e pelos Presidentes nas Províncias, por indicação trienal das Câmaras Municipais”<sup>134</sup>.

Esta substituição também se verificou no campo dos sistemas processuais penais, já que o novo ordenamento deixou de lado o antigo sistema inquisitório, próprio das Ordenações Filipinas, e adotou o sistema acusatório. O processo passou, então, de uma “luta desigual do juiz contra o réu” para uma atuação entre partes, em que ao réu é destinada uma presunção de inocência; ao acusador, a função de provar o alegado; e ao juiz, o encargo de julgar de forma imparcial a lide<sup>135</sup>.

Também, de origem das Ordenações Filipinas, eliminaram-se as devassas gerais e especiais, atribui-se a denominação de queixa às querelas e se definiu as denúncias como o meio de acusação por parte do Ministério Público e do povo através da ação pública. A instauração da ação penal, por sua vez, passou a se dar pela ação particular e pública e pelo procedimento de ofício<sup>136</sup>.

Nos anos seguintes, o Ministério viria a receber novas orientações por meio dos Avisos de 20 de outubro de 1836, 16 de janeiro de 1838 e 31 de outubro de 1859. No primeiro, era atribuída aos promotores a função de visitar os presídios e realizar diligências para o andamento do processo e soltura dos réus; no segundo, recebida a designação de fiscal da lei<sup>137</sup>; e, por fim, no terceiro, definido o impedimento ao exercício da advocacia por promotores em causas cíveis suscetíveis de ser objeto de processo criminal<sup>138</sup>.

Após, a atuação dos promotores públicos veio a ser regulada através da Lei n. 261/1841, que reformou o Código de Processo Criminal, dedicando-lhe espaço em seu Capítulo III<sup>139</sup>. Este normativo, dentre outros aspectos, trazia parâmetros para nomeação e demissão dos membros do *parquet*<sup>140</sup>.

Ao término do período conhecido como Império, visualizou-se ainda a criação

---

<sup>134</sup> BRÜNING, 2001, p. 72.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>136</sup> *Idem*.

<sup>137</sup> *Ibidem* p. 81.

<sup>138</sup> FERRAZ, 1997, p. 41.

<sup>139</sup> BRASIL. **Lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841**. Reformando o código do processo criminal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM261.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

<sup>140</sup> BRÜNING, *op. cit.*, *loc. cit.*

de normativos que disciplinavam a relação dos promotores públicos. Dentre eles, convém ressaltar o Decreto n. 3.310/1864, que lhes destinou a função de curador dos africanos livres, defendendo seus interesses quando não houver curadores especiais, e a Lei n. 2.033/1871, regulamentada pelo Decreto n. 4.828/1871, que definiu a ocupação de um promotor público em cada comarca, juntamente com seu adjunto<sup>141</sup>.

No tocante à escravidão, importante papel foi destinado aos promotores por meio da Lei n. 2.040/1871 – Lei do Ventre Livre. Ao ser decretada a libertação dos filhos de mulheres escravas, destinou-se aos promotores de justiça a função de proteger os fracos e indefesos, zelando para que as crianças, então livres, recebessem o devido registro civil<sup>142</sup>.

### 3.2.3 Período Republicano

Até então, muito embora devidamente regulado, o Ministério Público ainda não absorvia as características de instituição. A solidificação de sua estrutura viria a se iniciar somente com o período da primeira República no Brasil.

O Código Penal de 1890 (Decreto n. 847/1890) já trazia disposições a respeito da titularidade do Ministério Público para dar início à ação penal, através do oferecimento de denúncia em casos em que se configurassem a realização de crimes e contravenções (artigo 407, § 2º)<sup>143</sup>.

Com a edição do Decreto n. 848/1890, elaborado pelo ministro da justiça Campo Salles – considerado em face desse ato o patrono do Ministério Público<sup>144</sup> –, além de restringir os resquícios do sistema inquisitivo e extirpar o procedimento de ofício<sup>145</sup>, destinou-se ao órgão ministerial independência funcional, já que antes deste período os promotores estavam subordinados ao Poder Judiciário. Ainda, através da edição do Decreto n. 1.030/1890, viria a ser classificado como instituição necessária à justiça<sup>146</sup>.

---

<sup>141</sup> BRÜNING, 2001, p. 82.

<sup>142</sup> FERRAZ, 1997, p. 41.

<sup>143</sup> BRÜNING, *loc. cit.*, p. 113

<sup>144</sup> FERRAZ, *op. cit.*, *loc. cit.*

<sup>145</sup> BRÜNING, *op. cit.*, p. 103.

<sup>146</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 474-475.

Segundo SAUWEN FILHO<sup>147</sup>:

O Decreto nº 848 de 11 de outubro de 1890, em sua Exposição de Motivos afirmava que 'O Ministério Público é uma *instituição necessária* em toda organização democrática e imposta pelas boas normas da Justiça, a qual compete velar pela execução das leis, decretos e regulamentos que devem ser aplicados pela Justiça Federal e promover a ação pública onde ela convier.

Muito embora o disposto em referido decreto, o tema relativo ao Ministério Público pouco foi abordado com a promulgação da Constituição Federal de 1891. Não havia menções a seu respeito no corpo dessa Carta Constitucional, apenas indicações de que para a função de procurador geral da República seria indicado um membro do Supremo Tribunal Federal<sup>148</sup>.

Relativamente à organização da Justiça, a Carta Magna trouxe a divisão de sua estrutura em âmbito federal e estadual, surgindo, em decorrência desta, o Ministério Público Estadual. Ainda que destinada a competência para cada Estado elaborar sua legislação processual civil e penal e organizar sua justiça, manteve-se por um período o Regulamento n. 737/1850, disciplinador do processo comercial, e as Ordenações Filipinas<sup>149</sup>.

Porém, após o início de um processo de codificação do Direito Brasileiro, o Ministério Público ressurgiu no cenário jurídico nacional. Com a promulgação do Código Civil de 1916, segundo FERRAZ<sup>150</sup>, foram-lhe atribuídas as funções de

curadoria de fundações (art. 26), legitimidade para propor ação de nulidade de casamento (art. 208, § único, II), defesa dos interesses de menores (art. 394, *caput*), legitimidade para propor ação de interdição (art. 447, III) e a de promover a nomeação de curador de ausente (art. 463), entre outras.

Já no campo processual civil pouca atenção era destinada à instituição ministerial nos códigos processuais civis dos Estados. Com a promulgação do Código de Processo Civil de 1939, não obstante, foram definidas situações em que a intervenção do Ministério Público seria obrigatória na condição de *custos legis* (fiscal da lei), cuja finalidade estaria relacionada à proteção de valores e interesses sociais considerados indisponíveis ou de suma importância. Sua intervenção no processo ocorreria no momento subsequente à manifestação das partes, por meio da emissão

<sup>147</sup> SAUWEN FILHO, João Francisco. **Ministério público brasileiro e o estado democrático de direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 127.

<sup>148</sup> SILVA, 2011, p. 597.

<sup>149</sup> BRÜNING, 2001, p. 101, 103, 112, 131.

<sup>150</sup> FERRAZ, 1997, p. 42.

de um parecer<sup>151</sup>.

Apenas após a edição da Constituição de 1934 que a organização judiciária e legislativa retornou a ter um viés centralizador: à União caberia a competência de legislar em matéria processual (artigo 5º, inciso XIX, alínea a), enquanto que aos estados caberia a competência suplementar<sup>152</sup>. Essa Carta Constitucional foi a primeira a abordar o tema referente à instituição do Ministério Público<sup>153</sup>, destinando-lhe espaço em seus artigos 95 a 98<sup>154</sup>. Estipulou-se que o ingresso na carreira de promotor somente poderia ocorrer através de concurso público e que aos membros da instituição estaria garantida, com isso, a estabilidade do cargo, o qual somente poderia ser retirado por meio de sentença judicial ou decisão administrativa, resguardada a ampla defesa<sup>155</sup>.

Ao contrário do que dispunha o artigo 58, § 2º, da Constituição de 1891, que previa a designação do procurador geral da República pelo presidente, após escolha dentre os integrantes do Supremo Tribunal Federal, o constituinte de 1934 dispôs que a nomeação do procurador geral da República se daria de forma livre pelo presidente da República, dentre brasileiros natos, com notável saber jurídico e de reputação ilibada<sup>156</sup>.

Na sequência, o Ministério Público teve sua atuação junto aos tribunais definida como dependente pela Constituição de 1937<sup>157</sup>, a qual simbolizou um retrocesso da instituição no sistema jurídico nacional. Entre as poucas menções à instituição que podem ser encontradas no corpo desta Carta Constitucional, encontra-se a referência ao procurador geral da República como chefe do Ministério Público Federal e a instituição do quinto constitucional, que determinava a composição, de forma alternada, de um quinto dos tribunais por membros do Ministério Público e advogados<sup>158</sup>.

Nesta última menção, insere-se a crítica levantada por FERRAZ<sup>159</sup> à atuação

---

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 42-43.

<sup>152</sup> BRÜNING, 2001, p. 131.

<sup>153</sup> ESTANISLAU, 2003, p. 11.

<sup>154</sup> BRASIL. **Constituição da república dos estados unidos do brasil (16 de julho de 1934)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

<sup>155</sup> MAZZILLI, 1997, p. 9-12.

<sup>156</sup> BRÜNING, *op. cit.*, p. 137.

<sup>157</sup> OTTOBONI, 2009, p. 8.

<sup>158</sup> FERRAZ, 1997, p. 43.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 50-51.



do promotor público através do quinto constitucional. Segundo o autor, este mecanismo atípico de provimento de cargos da magistratura em que “o promotor de justiça e o advogado podiam tornar-se juízes de segundo grau mediante indicação” simbolizou um abandono do perfil de órgão agente, próprio da instituição, o que marcaria uma crescente tentativa de assemelhar a categoria aos magistrados.

E continua o autor:

Tais características ainda hoje, em parte, presentes na prática jurídica dos promotores [...] levaram o Ministério Público a afastar-se de sua identidade como órgão agente, como advogado da sociedade, de certo modo, comprometer o próprio fundamento de sua intervenção no processo judicial, em favor de uma batalha corporativista de obtenção de vantagens, prerrogativas, *status* etc., à semelhança dos membros do Poder Judiciário. Tal questão da identidade do Ministério Público frente à Magistratura já era sentido desde há muito [...].

Importa, todavia, apontar para um dado importante para a compreensão deste papel de aparente “assessor do juiz” no processo judicial<sup>160</sup>.

A respeito do descaso em relação ao Ministério Público, JACQUES<sup>161</sup> elucida que a acima discutida Constituição de 1937 se limitou,

tal como o fizera a Constituição de 1891, a prever o cargo de procurador-geral da República, estabelecendo-lhe os requisitos para a nomeação e assegurando-lhe a chefia do Ministério Público (art. 99) e, isto no cap. do Supremo Tribunal Federal. Não obstante, foi baixado, em 1938, o Estatuto do Ministério Público Federal (Dec.-Lei nº 986, de 27.12.1938), que previu, através de 37 artigos, a organização, as atribuições, os impedimentos, e os direitos e deveres dos procuradores. A única inovação substancial – e de má inspiração – foi a abolição do concurso para o ingresso nas funções (art. 2º). Em 1939, fez-se o mesmo para com o Ministério Público do Distrito Federal (Dec.-Lei nº 1.316, de 2.6.1939), suprimindo-se o concurso (art. 2º, § 1º).

Apesar disso, foi durante este período, através da edição do Código de Processo Penal de 1941, que a instituição alcançou a titularidade da ação penal pública com a autorização para instauração de procedimento investigatório a fim de apurar crimes<sup>162</sup>. Além disso, referido normativo também eliminou os códigos estaduais e adotou algumas diretrizes acusatórias, como a separação do órgão julgador e acusatório<sup>163</sup>.

<sup>160</sup> FERRAZ, 1997, p. 51-52.

<sup>161</sup> JACQUES, Paulino. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p. 371.

<sup>162</sup> OTTOBONI, 2009, p. 8.

<sup>163</sup> BRÜNING, 2001, p. 133.

Acerca das matérias abarcadas pelo Código Processual Penal de 1941, BRÜNING<sup>164</sup> continua:

Foi estabelecida com vigor a instrução contraditória e separadas as funções acusatória e julgadora. Foi mantido, de forma mitigada, o procedimento *ex officio* (processos de contravenções), possibilitando mesmo assim a reprodução das provas em juízo. A competência do júri foi restringida. Em sentido geral passou a preponderar o sistema acusatório.

Em 1945, o Ministério Público obteve novas atribuições por meio da edição do Decreto-Lei n. 7.661/1945 – Lei de Falências e Concordatas. Segundo o normativo, a instituição teria a legitimidade para intervir no feito e oferecer denúncia em desfavor do falido, bem como dos demais responsáveis<sup>165</sup>.

Posteriormente, o Ministério Público ganhou uma nova organização dentro do sistema jurídico nacional com a inserção do Título III – “Do Ministério Público” na Constituição de 1946<sup>166</sup>. Dispôs-se acerca de sua desvinculação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sobre a criação do Ministério Público Federal e Estadual, como também a respeito das garantias asseguradas aos membros da instituição, dentre elas: o ingresso na carreira através de concurso público de provas e títulos, a estabilidade na função, a promoção de entrância para entrância e a remoção por representação do chefe do Ministério Público<sup>167</sup>.

Por meio da Lei n. 2.588/1955, a instituição veio a receber tratamento isonômico referente aos seus vencimentos e dos magistrados. Segundo o seu artigo 9º, “o Procurador Geral da República e o representante mais graduado do Ministério Público terão os mesmos vencimentos e vantagens pecuniárias dos Juízes dos Tribunais junto aos quais servirem”<sup>168</sup>.

Com a outorga da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, em um período ditatorial, viu-se novamente o Ministério Público perder sua independência ao ser subordinado ao Ministério da Justiça<sup>169</sup>. Entretanto, foi por meio da concessão de vantagens e vencimentos equiparados aos dos juízes que a instituição galgou espaço para a conquista de sua atual autonomia e

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. 141.

<sup>165</sup> BRÜNING, 2001, p. 141.

<sup>166</sup> OTTOBONI, 2009, p. 9.

<sup>167</sup> FERRAZ, 1997, p. 43.

<sup>168</sup> BRASIL. **Lei nº 2.588 – de 8 de setembro de 1955**. Fixa critérios para novos vencimentos dos membros dos tribunais e representantes do ministério público da união e dá outras providências. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1955/2588.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

<sup>169</sup> BRÜNING, *op. cit.*, p. 188.

independência<sup>170</sup>.

Observável, também, que com o advento da ditadura militar no Brasil, o órgão acusador subiu o estrado, tomando assento junto à mesa do magistrado. Tal distribuição cênica veio a demonstrar a característica de *longa manus* (executor de ordens) do regime, atribuída à instituição no âmbito da Justiça Federal. Nas palavras de MAZLOUM, a cadeira assumida pelo Ministério Público não decorreu de “motivos legais, nobres ou de justiça, mas como lembrete da onividência castrense sobre a atividade judiciária”<sup>171</sup>.

Ainda nesse cenário, em 1969, o Ministério Público retornou a se vincular ao Poder Executivo, por meio da edição da Emenda Constitucional n. 1/1969<sup>172</sup>, assim como teve expurgadas as circunstâncias relativas aos vencimentos e aposentadoria equiparadas aos do Poder Judiciário<sup>173</sup>.

Com a edição do Código de Processo Civil de 1973, tratou-se outra vez a respeito da atuação do Ministério Público no processo como órgão interveniente (artigo 82). Na mesma trilha do Código Buzaid, outros normativos também disciplinaram a sua atuação como *custos legis*, emitindo pareceres sobre os casos levados ao seu conhecimento, como o artigo 10 da Lei n. 1.533/1951 – Lei de Mandado de Segurança; artigo 210 do Decreto-Lei n. 661/1945 – Lei de Falências; artigo 6º, § 4º, da Lei n. 4.717/1965 – Lei de Ações Populares; artigo 9º da Lei n. 5.478/1968 – Lei de Alimentos, e; artigos 57, 67, § 1º, 76, § 3º, 109, 200 e 213, § 3º, da Lei n. 6.015/1973 – Lei de Registros Públicos<sup>174</sup>.

Segundo abordagem realizada por ESTANISLAU<sup>175</sup> acerca da evolução da estrutura jurídica do Ministério Público:

A tendência brasileira ainda acompanhava os paradigmas dos países de tradição jurídica continental, ou seja, atuar como autor da persecução penal e como parecerista em algumas questões cíveis. Mas, de evidência solar, que é a partir dos anos 70 que começa a se forjar um novo espírito e perfil institucional do Ministério Público, “voltado para a defesa dos direitos sociais”. A propósito, é neste mesmo período histórico que a própria expressão direitos sociais começa a entrar em voga.

<sup>170</sup> FERRAZ, *op. cit.*, *loc. cit.*

<sup>171</sup> MAZLOUM, Ali. **Julgamento deve refletir isonomia entre carreiras**. Revista Consultor Jurídico, 2011. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-fev-28/salas-julgamento-refletir-igualdade-direito-entre-carreiras>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

<sup>172</sup> BRÜNING, 2001, p. 190.

<sup>173</sup> FERRAZ, 1997, p. 43.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>175</sup> ESTANISLAU, 2003, p. 15.

Durante a vigência da Constituição de 1969, sobreveio a Emenda n. 7/1977, que alterou o texto do artigo 96 de referida Carta Constitucional para autorizar a instituição a se organizar em carreira através de leis estaduais. Consequentemente, o Ministério Público veio a ter suas garantias, vedações e atribuições definidas por meio da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, que criou o Estatuto do Ministério Público, através da Lei Complementar Federal n. 40/1981, a qual passou a definir o órgão ministerial como instituição permanente e essencial à justiça<sup>176</sup>.

Para cada unidade federativa restou a necessidade de criar as procuradorias gerais dos Estados para defesa de seus interesses, visto que a instituição não se amoldava mais como órgão representante da Fazenda Pública e advogado do Estado. Surgia como uma instituição defensora da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade<sup>177</sup>.

Perante este cenário de ascensão, o Ministério Público angariou a defesa de bens individuais e sociais indisponíveis. A respeito do tema, preleciona BRÜNING<sup>178</sup>:

Como dissemos páginas atrás, foi a partir de 1.981 que os Ministérios Públicos dos Estados brasileiros iniciaram sua vertiginosa ascensão perante a sociedade, legitimando-se para defendê-la em inúmeros conflitos até então negligenciados, relacionados com o meio ambiente, a criança e o adolescente, a moralidade administrativa, o consumidor e outros relevantes interesses individuais e sociais indisponíveis.

A Lei n. 7.347/1985 – Lei de Ação Civil Pública – entregou, assim, ao Ministério Público a legitimidade ativa da ação civil pública e a presidência de inquéritos civis. A fim de tutelar os interesses difusos e coletivos da sociedade, a instituição passa a atuar como propriamente um advogado: propõe a ação, requer diligência, produz provas, arrola testemunhas, entre outras tarefas essenciais para se buscar a aplicação da lei pelos juízes<sup>179</sup>.

Seguindo essa mesma definição, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispôs em seu artigo 127<sup>180</sup> que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Definiram-se os princípios institucionais regentes da instituição –

<sup>176</sup> FERRAZ, 1997, p. 44.

<sup>177</sup> BRÜNING, 2001, p. 218-219.

<sup>178</sup> *Ibidem*, p. 216-217.

<sup>179</sup> FERRAZ, *op. cit.*, p. 44 e 47.

<sup>180</sup> BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

como a unidade, a indivisibilidade e independência funcional – e as funções institucionais a serem exercidas por seus membros, dispostas no artigo 129. Assegurou-lhes, ainda, autonomias funcional e administrativa, bem como as garantias de que gozam os magistrados: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios<sup>181</sup>.

No aspecto organizacional, importante papel teve a Lei Complementar n. 191/2000, que permitiu a distribuição de serviços às promotorias de forma equalizada, de forma que cada promotor poderia atuar em mais de uma vara. Antes, havia certa vinculação da estrutura do Ministério Público ao Poder Judiciário, visto que para cada vara deveria estar presente um promotor, o que mudou com a entrada em vigor de citado normativo<sup>182</sup>.

### 3.3 CONCEITO DE MINISTÉRIO PÚBLICO

Do exame da evolução experimentada pela instituição do Ministério Público em nível nacional, chegou-se à compreensão de seu conceito atualmente vigente, o qual está disposto no artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao dispor que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

De acordo com essa definição, o órgão ministerial teria função permanente, em decorrência da qual não poderia ser suprimida ou deformada sua instituição por força do poder constituinte derivado. Como objeto desta atribuição imutável estaria a defesa, principalmente, no âmbito judiciário, da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, os quais podem ser resumidos como tutela do interesse público, abrangendo até mesmo aqueles interesses intitulados como disponíveis, mas que possuam abrangência social em prol de toda a coletividade – “interesses individuais homogêneos, de larga abrangência social”. Essas seriam as ocasiões em que sua atuação seria essencial à prestação jurisdicional<sup>183</sup>.

---

<sup>181</sup> FERRAZ, 1997, p. 45.

<sup>182</sup> BRÜNING, 2001, p. 237.

<sup>183</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. **Regime jurídico do ministério público**: análise do ministério público na constituição, na lei orgânica nacional do ministério público, na lei orgânica do

Além disso, do objetivo de defender a ordem jurídica advém sua condição de fiscal da lei. Em conformidade com as atribuições da função, compete-lhe zelar pelo efetivo cumprimento das leis inseridas dentro de suas finalidades institucionais, já mencionadas no parágrafo anterior<sup>184</sup>.

O regime democrático como objeto de tutela pelo Ministério Público, por sua vez, pode sugerir uma falsa relação entre a instituição e o governo em que a soberania é exercida pelo povo. O que defini o elo entre o órgão ministerial e os governos totalitários ou democráticos é, antes de tudo, o grau de sua independência: submisso naqueles, e independente nestes. Para que possa alcançar a destinação atribuída pela Carta Constitucional, necessário seja o Ministério Público dotado de força e independência<sup>185</sup>.

Como pressupostos para essa independência, foram-lhe destinadas algumas garantias, como à instituição, em sua atividade-meio, a seu ofício, nas atividades fins, e a seus órgãos e agentes, no exercício de sua alçada funcional<sup>186</sup>.

Nas garantias à instituição, encontram-se as autonomias referentes ao Ministério Público. Verifica-se a existência da autonomia administrativa, que atribui ao órgão a sua gestão e as competências dela derivadas; financeira, a qual deve estar, contudo, limitada aos parâmetros constitucionais e sujeita ao controle externo por parte do Poder Legislativo, auxiliado pelo Tribunal de Contas; e de iniciativa legislativa para organização da instituição, suas atribuições, seu estatuto, as remunerações e os planos de carreira de seus membros, bem como a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares<sup>187</sup>.

Ressaltando as características da autonomia financeira, ainda, MAZZILLI discorre sobre a elaboração da proposta orçamentária. Segundo o autor, a iniciativa do projeto de lei orçamentária é de competência do Poder Executivo, que utilizará as propostas orçamentárias encaminhadas tanto pelo Ministério Público, como também pelo Judiciário, para sua composição. Não poderá, contudo, efetuar cortes na proposta de orçamento do órgão ministerial, sem que esta esteja em desproporção com a Lei de Diretrizes Orçamentárias<sup>188</sup>.

---

ministério público da união e na lei orgânica do ministério público paulista. 6. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 107-110.

<sup>184</sup> MAZZILLI, 2007, p. 111.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 111-112.

<sup>186</sup> \_\_\_\_\_, 1998, p. 146.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 147-148.

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 149.

Já as garantias referentes ao seu ofício – autonomia funcional – dizem respeito à liberdade com que são exercidas as suas funções perante os demais órgãos estatais do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário. Ou seja, na execução de suas atividades fins, como no caso do oferecimento de denúncia, a instituição não estará submetida à observância de orientações, instruções, portarias ou quaisquer outros comandos de outros órgãos, mas tão somente das leis<sup>189</sup>.

E, por último, restam as prerrogativas relacionadas à pessoa de seus próprios representantes quando do exercício de suas funções<sup>190</sup>. Neste sentido, apresentam-se como garantias a independência funcional, a irredutibilidade de subsídios, a vitaliciedade e a inamovibilidade.

Ao contrário da autonomia funcional, onde a instituição exerce sua função com liberdade em relação aos outros órgãos estatais, na independência funcional a atividade do agente é desempenhada de forma livre em face dos demais órgãos componentes da própria estrutura do Ministério Público<sup>191</sup>. Assim, não estará submetido às ordens de comando emitidas pela administração, pois não há hierarquia funcional dentro da instituição, apenas hierarquia no sentido administrativo, pois não há que se desconsiderar a chefia exercida pelo procurador geral<sup>192</sup>. A respeito, convém citar a diferenciação apresentada por MAZZILLI<sup>193</sup>:

A autonomia funcional alcança o Ministério Público enquanto instituição, enquanto a independência funcional é uma garantia conferida a cada um de seus órgãos, ou a cada um de seus membros, enquanto agentes políticos.

No tocante a essa estrutura, apresentam-se os conceitos dos princípios institucionais da unidade e indivisibilidade. Entende-se por unidade o fato de estarem abrangidos todos os ramos citados nos incisos do artigo 128 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dentro de um conceito de instituição única<sup>194</sup>, com apenas um órgão, chefia e função, enquanto que a indivisibilidade, frente ao princípio unitário, alberga a possibilidade de substituição de seus representantes por outros, na forma da lei<sup>195</sup>.

Dentre as garantias essenciais para o pleno exercício de suas funções,

---

<sup>189</sup> MAZZILLI, 1998, p. 148-149.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 149.

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 149-151.

<sup>192</sup> \_\_\_\_\_, 2007, p. 116.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 143.

<sup>194</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2011, p. 600-601.

<sup>195</sup> MAZZILLI, 1998, p. 151.

gozam também os membros do Ministério Público de vitaliciedade, irredutibilidade de subsídios e inamovibilidade<sup>196</sup>.

Acerca da garantia de irredutibilidade de subsídios, pode-se salientar que a mesma busca assegurar a concessão de remuneração condizente com o mérito da profissão<sup>197</sup>. Para tanto, a doutrina e a própria jurisprudência pátria têm caminhado no sentido de preservar esse princípio conforme seu carácter real, observando-se o seu poder aquisitivo resultante das atualizações monetárias, e não meramente na sua acepção formal de acordo com o valor nominal<sup>198</sup>, pois

para reduzir os vencimentos ou subsídios de agentes ou servidores públicos, o governante não precisa diminuí-los nominalmente: basta que fique breve espaço de tempo sem conceder-lhes a atualização monetária – em certas épocas tem bastado um único mês – e os vencimentos ou subsídios estarão efetivamente reduzidos à metade, a 1/3 ou até a menos que isto<sup>199</sup>.

A vitaliciedade, por sua vez, apresenta-se como uma garantia constitucional para a estabilidade do agente público em seu cargo, adquirida, no caso do Ministério Público, após dois anos de exercício<sup>200</sup>. Assim, sua demissão somente poderia vir a ser efetuada através de sentença judicial transitada em julgado proferida em ação própria<sup>201</sup>.

Por fim, a inamovibilidade pode ser entendida como a impossibilidade de remoção compulsória do representante do órgão ministerial, salvo decisão por maioria absoluta do colegiado competente, nos casos em que o interesse público o exigir, garantido ao membro da instituição a garantia de ampla defesa<sup>202</sup>. Visa à garantia do livre desempenho de sua função<sup>203</sup>, e não deve ser confundido com o princípio do promotor natural, o qual “consiste [...] em não se poder afastar arbitrariamente o promotor do caso em que, por critérios prévios da lei, ele deveria oficial”<sup>204</sup>.

O Ministério Público, ainda, é definido como um órgão imparcial, de acordo com as vedações contidas no artigo 128, § 5º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Segundo o dispositivo, ao Ministério Público é defeso

---

<sup>196</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 601-602.

<sup>197</sup> MAZZILLI, 1998, p. 151-152.

<sup>198</sup> \_\_\_\_\_, 2007, p. 219-220.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 268.

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 209.

<sup>201</sup> \_\_\_\_\_, 1998, p. 154-155.

<sup>202</sup> \_\_\_\_\_, 2007, p. 206.

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 206.



o recebimento, a qualquer título ou pretexto, de honorários, percentagens ou custas processuais (a), bem como de auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, salvo exceções previstas em lei (f); o exercício da advocacia (b); a participação em sociedade comercial (c); o exercício de qualquer função pública que não seja a de magistério (d); e o exercício de atividades político-partidárias (e)<sup>205</sup>.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 também tratou de elencar as funções institucionais do Ministério Público. Dentre elas, pode-se apontar a titularidade da ação penal pública, da ação direta de inconstitucionalidade genérica e interventiva e da ação civil pública para proteção dos interesses públicos, sociais, coletivos e difusos; o zelo pelo respeito aos direitos amparados na Carta Magna por parte dos poderes públicos e serviços de relevância pública; a instauração do inquérito policial e a requisição de diligências investigatórias; o controle externo da atividade da polícia; a defesa dos interesses e direitos da comunidade indígena; a expedição de notificações em procedimentos administrativos de sua competência, bem como outras funções lhe conferidas<sup>206</sup>.

Já a respeito da estrutura orgânica da instituição, pode-se verificar a existência do Ministério Público da União, composto pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal, Ministério Público dos Territórios, Ministério Público Militar e Ministério Público do Trabalho; do Ministério Público dos Estados; e de um Ministério Público Especial, sem poder de jurisdição, atuando junto ao Tribunal de Contas<sup>207</sup>.

O responsável por chefiar o Ministério Público da União é o procurador geral da República, cujo mandato possui duração de dois anos, admitida a recondução sem um limite de vezes, desde que repetido o procedimento para nomeação. Através do presidente da República, a nomeação para a função é realizada após o encaminhamento do nome eleito, escolhido dentre integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos, para aprovação do Senado Federal por maioria absoluta dos votos<sup>208</sup>.

Doutro modo, no âmbito do Ministério Público dos Estados, Distrito Federal e Territórios, a chefia é exercida pelo procurador geral de Justiça, nomeado pelo

---

<sup>205</sup> SILVA, 2011, p. 601-602.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 602-603.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 599.

<sup>208</sup> *Idem*.

governador do Estado, no primeiro caso, e pelo presidente da República, nos demais, dentre os integrantes da carreira escolhidos para formarem uma lista tríplice. Nesse caso, é permitida a recondução uma única vez, por força de não haver a necessidade de aprovação pelo Senado Federal<sup>209</sup>.

Tratando-se de investidura, e não de mandato, é permitida a interrupção da função a qualquer tempo. Para tanto, é necessária, no caso do procurador geral da República, a autorização por voto da maioria absoluta do Senado Federal e, no caso do procurador geral de Justiça, a deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo – Assembleia Legislativa para o Ministério Público Estadual e Congresso Nacional para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios<sup>210</sup>.

Por sua vez, o Ministério Público Especial, cujo delineamento constitucional está previsto no artigo 130 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, figura como um órgão de controle externo, vinculado ao Poder Legislativo e atuante junto ao Tribunal de Contas. Distingue-se do órgão ministerial ordinário pela necessidade de manter membros diferenciados desta instituição, a qual presta contas à Corte de Contas e é destinatária do controle efetuado por esta. Sua função institucional, a teor do disposto em citado normativo constitucional, difere-se da pertencente ao Ministério Público comum, pois está atrelada à verificação de ilegalidades e requisição de penalização dos responsáveis e ressarcimento ao erário<sup>211</sup>.

Em semelhança ao Poder Judiciário, o Ministério Público também possui um órgão controlador, o Conselho Nacional do Ministério Público, cuja função está atrelada ao controle da atuação administrativa e financeira da instituição, como também do cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus membros. Compõe-se por quatorze membros, todos nomeados pelo presidente da República após a aprovação do Senado Federal, estando a presidência do Conselho nas mãos do procurador geral da República, que, conjuntamente com os demais treze membros, oriundos do Ministério Público da União, Ministério Público dos Estados, da magistratura, da advocacia e da sociedade, assumirão o mandato de dois anos,

---

<sup>209</sup> SILVA, 2011, p. 599.

<sup>210</sup> *Ibidem*, p. 600.

<sup>211</sup> JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. **Tomada de contas especial: processo e procedimento nos tribunais de contas e na administração pública**. 3. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 417-422

com possibilidade de recondução<sup>212</sup>.

Para ingressar na carreira do Ministério Público, exige-se do bacharel em direito o mínimo de três anos de atividade jurídica. A forma como se dá o ingresso é por meio de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil nas etapas de sua realização, de acordo com a ordem de classificação, conforme disciplinado pelo artigo 129, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988<sup>213</sup>.

Observou-se, desta maneira, a evolução do Ministério Público, tanto em nível global, desde sua origem, abordando as primeiras funções relatadas ao decorrer da história que se assemelhavam a do promotor público, como também em nível nacional. Por meio desse desenvolvimento, pôde-se apontar o conceito e as características atribuídas à instituição em nosso ordenamento vigente, a fim de propiciar, conjuntamente com a análise efetuada sobre os sistemas processuais penais, o debate que se sucederá acerca do assento ocupado pelo órgão ministerial nas salas de audiência e julgamento.

#### **4 O ASSENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Analizados na primeira parte deste trabalho os diferentes tipos de sistemas processuais penais e na segunda parte a evolução, o conceito e as características atribuídos ao Ministério Público, mormente pelo sistema jurídico brasileiro, cumpre iniciar neste terceiro tópico a discussão propriamente dita a respeito do assento ocupado pelo Ministério Público nas salas de audiência e julgamento.

A atual estrutura das salas de audiência e julgamento, com assento reservado ao Ministério Público ao lado do magistrado e em nível superior ao da defesa, englobando os advogados e defensores públicos, tem suscitado tanto na doutrina, como também na jurisprudência, o questionamento acerca da inconstitucionalidade do dispositivo da Lei Orgânica do Ministério Público que alberga referida prerrogativa.

Para que se possa solidificar a base na qual serão apresentados os prós e contra argumentos para uma redefinição cênica de citados ambientes judiciais, faz-se necessário, a princípio, o estabelecimento do sistema processual penal adotado

---

<sup>212</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 603.

<sup>213</sup> SILVA, 2011, p. 601.

por nosso ordenamento jurídico.

Há divergência na doutrina a respeito do sistema processual penal adotado no Brasil. O debate, porém, cinge-se à recepção dos sistemas misto<sup>214</sup> ou acusatório puro, descartando-se a possibilidade de adoção de um sistema inquisitório puro, em face da titularidade da ação penal pública concedida ao Ministério Público pela Carta Constitucional, em seu artigo 129, inciso I.

Seguindo uma linha liberal que já vinha sendo albergada desde o Código Penal do Império de 1830, Código de Processo Criminal de 1832 e Constituição da República de 1891, o atual Código de Processo Penal de 1941, embora contenha algumas disposições inquisitórias, manteve suas disposições atreladas ao modelo de sistema acusatório, o qual viria a ser adotado pela Constituição da República Federativa de 1988<sup>215</sup>.

Neste aspecto, segue-se a linha doutrinária que aponta para a adoção de um sistema acusatório pela Carta Cidadã, em vista de seus princípios estruturantes de índole democrática. Esse, inclusive, é o entendimento manifestado pela ilustre jurista GRINOVER<sup>216</sup>.

Com fulcro nesse posicionamento, passa-se à apresentação dos argumentos contrários e favoráveis à redefinição da arquitetura das salas de audiência e julgamento, com o objetivo de fundamentar a proposta mais adequada para solução do caso objeto deste trabalho.

#### 4.1 ASPECTOS MANTENEDORES DA ATUAL ESTRUTURA MINISTERIAL

Embora haja uma crescente indagação sobre o assento ocupado pelos membros do Ministério Público no ambiente judiciário, a majoritária corrente jurisprudencial e parte da doutrina têm mantido a posição conservadora referente à localização da cadeira destinada ao representante do órgão ministerial.

Antes de abordar referidos argumentos, contudo, convém averiguar a legislação atribuidora de referida prerrogativa, objeto do tema em voga.

---

<sup>214</sup> TOURINHO FILHO, 2013, p. 118.

<sup>215</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. **O processo em evolução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998, p. 312, 315.

<sup>216</sup> *Idem*.

#### 4.1.1 Lei n. 8.625/1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público

A Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, estabeleceu a prerrogativa funcional que fundamenta o seu discurso. Segundo o artigo 41, inciso XI, de referido normativo, destinou-se à instituição a garantia de “tomar assento à direita dos Juízes de primeira instância ou do Presidente do Tribunal, Câmara ou Turma”<sup>217</sup>.

As prerrogativas dispostas em citado artigo dizem respeito à função exercida pelo órgão ministerial, e não à pessoa de seu representante. Apresentam-se como formas de se conferir facilidade e uma maior eficácia à atuação da instituição, mesmo que em alguns casos esse estabelecimento se dê de modo solene, como proteção à excelência e importância assumida por suas atribuições<sup>218</sup>. É o caso da prerrogativa elencada no inciso XI.

Referida garantia, entretanto, reveste-se de caráter meramente formal. Esse é o entendimento manifestado por DECOMAIN<sup>219</sup>, ao comentar a legislação orgânica da instituição dizendo que “embora prevista a prerrogativa, não existe obrigatoriedade, da parte do membro do Ministério Público, de ocupar sempre o lugar à direita do magistrado, ou do Presidente do Tribunal, Câmara ou Turma perante a qual funcione”.

Do conjunto de referido normativo, há como se extrair ainda a garantia concedida aos membros do Ministério Público de receberem tratamento jurídico e protocolar de forma igualitária ao destinado aos magistrados (inciso I). Essa paridade derivaria da condição lhe destinada pelo legislador constituinte ao caracteriza-lo como órgão indispensável à função jurisdicional do Estado<sup>220</sup>.

Após o conhecimento do dispositivo que trata da prerrogativa de assento do órgão ministerial, importante proceder ao exame dos argumentos jurisprudenciais e doutrinários contrários à redefinição cênica das salas de audiência e julgamento.

---

<sup>217</sup> BRASIL. **Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993**. Institui a lei orgânica nacional do ministério público, dispõe sobre normas gerais para a organização do ministério público dos estados e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8625.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

<sup>218</sup> DECOMAIN, Pedro Roberto. **Comentários à lei orgânica nacional do ministério público**: lei 8.625, de 12.02.1993. Florianópolis: Obra Jurídica, 1996, p. 344-345.

<sup>219</sup> *Ibidem*, p. 357.

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 345.

#### 4.1.2 Posicionamento doutrinário

Com a finalidade de abrir o debate acerca do posicionamento dos atores processuais dentro da concepção cênica que permeia a sala de audiências, ganha relevância os fundamentos apresentados por STRECK sobre o tema.

Segundo o autor, o argumento que defende a equidistância das partes perante o juiz e a igualdade nivelar dos assentos reservados ao Ministério Público e à defesa deve ser rechaçado em face do perfil jurídico-constitucional reservado à instituição. Isso porque, ao concedê-la a condição de instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, o constituinte lhe destinou um importante papel na defesa da ordem jurídico-democrática, missão institucional esta que fundamenta as prerrogativas contidas em seu estatuto<sup>221</sup>.

Em suas palavras:

O Ministério Público tradicionalmente ocupa o lugar que ocupa não porque é mais importante ou porque é igual à parte ou o juiz, mas sim, porque ocupa um lugar que é simplesmente diferente. E isto não faz o Ministério Público ser mais ou menos democrático, assim como o uso dos elevadores privativos ou o lugar de destaque da mesa do juiz não fazem o judiciário mais ou menos democrático<sup>222</sup>.

A respeito de uma possível superioridade do discurso que poderia resultar de sua posição geopolítica na sala de audiências, extrai-se de sua obra o entendimento de que a visão que a sociedade tem acerca da instituição estaria relacionada muito mais à importância de seu papel jurídico-constitucional do que de sua influência exercida sob a sala de audiências. Diante de seu engajamento na defesa de questões relacionadas ao interesse público, como em matérias de improbidade administrativa, crimes contra a Previdência Social, utilização de mão-de-obra infantil, entre outros, advém a conscientização de sua disposição em referido espaço público<sup>223</sup>.

Já no tocante às atuações do Ministério Público no campo processual, fala que não haveria como cindi-las em alguns casos como fiscal da lei e em outros

---

<sup>221</sup> STRECK, Lênio. **A concepção cênica da sala de audiências e o problema dos paradoxos**. Publicado em 11 de setembro de 2009. Disponível em: <[http://leniostreck.com.br/index.php?option=com\\_docman&Itemid=40](http://leniostreck.com.br/index.php?option=com_docman&Itemid=40)>. Acesso em: 26 mar. 2014, p. 9.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 15.

como parte<sup>224</sup>. Reduzir a figura do representante ministerial à atuação como mero acusador, em alguns casos, é o mesmo que retroceder ao pensamento encerrado há séculos acerca de suas funções<sup>225</sup>. Ainda que esteja representando o polo ativo da ação, a instituição mantém sua magnânima função institucional e atua em prol do interesse público, e não meramente na defesa de interesses privados, pois exercerá acima de tudo a fiscalização da correta e regular aplicação da lei<sup>226</sup>.

O debate acerca do assento a ser destinado ao Ministério Público que afastaria essa imagem de proximidade entre a instituição e os juízes, assim, não surge com tamanha relevância na concepção do autor. Segundo seu entendimento, ambas as instituições poderiam cair em promiscuidades, independentemente da localização da cadeira a elas reservadas<sup>227</sup>.

De igual maneira, PAULO JUNIOR<sup>228</sup> critica a interpretação simbólica dada à questão, classificando-a como uma forma de “simbolismo inconstitucionalista”. Segunda o autor, o único símbolo que deve prevalecer é o de que o promotor ao lado direito do juiz representa a lei, e não qualquer forma de superioridade em relação à defesa ou uma figura bíblica de divindade (“sentado à direita de Deus, Pai Todo-Poderoso”).

Independentemente da posição destinada em sala de audiência às partes, seja à direita, à esquerda, à frente ou ao canto da sala, não se pretendeu com isso a estruturação de formas simbólicas, mas tão somente a organização ritualística para o procedimento a ser seguido<sup>229</sup>. A teor da produção simbólica que poderia estar por trás da sala de audiências, esclarecedoras as palavras de CALAMANDREI ao elucidar que

nenhum arquiteto se arriscaria a construir um teatro sem antes estudar os problemas de acústica ou de visibilidade; mas não creio que algum estudo semelhante jamais tenha sido feito seriamente antes de se construir uma sala de tribunal<sup>230</sup>.

A teoria, por assim dizer, padeceria de um problema ideológico ao reduzir à

<sup>224</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>225</sup> PAULO JUNIOR, José Marinho. **Os simbolistas, inconstitucionalistas de plantão, e o assento reservado ao ministério público**. Disponível em: <<http://www.amperj.org.br/artigos/view.asp?ID=76>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

<sup>226</sup> OLIVEIRA, José Maria Leoni de. **A nova lei de investigação de paternidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999, p. 148-151.

<sup>227</sup> STRECK, 2009, p. 15-16.

<sup>228</sup> PAULO JUNIOR, s. d.

<sup>229</sup> *Idem*.

<sup>230</sup> CALAMANDREI, 1995, p. 336.

disposição dos assentos na sala de audiência a questão da isonomia. Ao cidadão diminuta importância tem a distribuição igualitária das cadeiras em sala de audiência, conquanto que obtenha a efetiva prestação da tutela jurisdicional, em consonância com o princípio da eficiência, instituído na Carta Constitucional<sup>231</sup>.

Tenta-se, por meio da reestruturação cênica da sala de audiências, desqualificar a figura do Ministério Público, o qual foi eleito pela Carta Magna o guardião do regime democrático. A fim de tentar igualá-lo à defesa, deixa-se de vislumbrar um fato de peculiar importância: “a diferença de sentido presente nos papéis desempenhados pelo defensor e pelo agente ministerial”<sup>232</sup>. Ressalta, assim, a diferença presente na classificação das diversas formas de igualdade, como a formal e material, bem como a isonomia perante a lei e na lei<sup>233</sup>.

A Constituição da República Federativa do Brasil traz em seu artigo 5º um conceito de igualdade perante a lei, o que simbolizaria a isonomia em seu sentido formal, segundo o qual todos devem ser tratados de modo igual, sem se levar em considerações as características distintivas entre os grupos. As diversas desigualdades presentes na sociedade, sob o ponto de vista da doutrina, são tratadas através da isonomia material, a qual se compatibiliza com a realização da justiça social, pois concede tratamento desigual aos desiguais com o objetivo de estabelecer a real igualdade<sup>234</sup>.

As isonomias perante a lei e na lei, por sua vez, são direcionadas aos legisladores e aplicadores do direito. Segundo aquelas, de índole meramente formal, a norma deve ser aplicada de forma igual a todos, mesmo que de sua aplicação resulte certa discriminação. Já estas estão direcionadas aos legisladores, ao orientar para que não haja, no âmbito das normas jurídicas, critérios distintivos não autorizados pela Carta Constitucional<sup>235</sup>.

Além disso, por se tratar de uma prerrogativa funcional prevista em lei, para que esta deixasse de ser aplicada pelos magistrados, deveria haver uma fundamentação e justificação jurídica que a apontasse como inconstitucional<sup>236</sup>. Assim, ilegítima a determinação para que os membros do *parquet* se posicionassem sob o assoalho ao mesmo nível da defesa, diante da necessidade de se suscitar a

---

<sup>231</sup> STRECK, *op. cit.*, p. 16.

<sup>232</sup> STRECK, 2009, p. 12-13.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>234</sup> SILVA, 2011, p. 212-215.

<sup>235</sup> *Ibidem*, p. 215.

<sup>236</sup> STRECK, *op. cit.*, p. 4, 6.



inconstitucionalidade do artigo 41, inciso XI, da Lei n. 8.625/1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

#### 4.1.3 Posicionamento jurisprudencial

Já no campo jurisprudencial, encontra-se a grande parte da corrente conservadora que defende a atual posição do Ministério Público nas salas de audiência e julgamento. Muitos já foram os casos de discussão sobre o assento ministerial levados à apreciação do Poder Judiciário que não obtiveram êxito, sendo, em sua maioria, rejeitados por motivos de ilegitimidade representativa sem a devida discussão sobre o tema.

A questão da cadeira destinada ao órgão ministerial já havia sido levada à análise do Superior Tribunal de Justiça no ano de 1997. Por meio do Recurso em Mandado de Segurança n. 6.887/RO<sup>237</sup>, o Ministério Público do Estado de Rondônia entregou à Corte Superior a discussão acerca da ordem emanada por juiz de Direito da Vara Criminal de Guajará-Mirim para modificação do assento destinado à instituição na ocasião dos julgamentos do Tribunal do Júri. Quando da apreciação do caso, o então ministro Garcia Vieira manifestou seu voto no sentido de reconhecer a extensão do assento ao lado direito e próximo dos magistrados ao Ministério Público pelas relevantes funções que lhe foram destinadas pelo constituinte, bem como por tal costume já se efetuar há séculos e não haver qualquer razão a degenerar sua prática.

Uma abordagem mais recente, ainda, foi realizada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Trata-se de Mandado de Segurança n. 0038365-55.2010.4.03.0000/SP<sup>238</sup>, impetrado pelo Ministério Público Federal em face da Portaria n. 41/2010, editada pelo juiz de Direito, Ali Mazloun, cujo objeto se cingiu à modificação da arquitetura da sala de audiências, através da retirada do tablado e o

---

<sup>237</sup> BRASIL. Superior Tribunal Federal. **Recurso em mandado de segurança n. 6.887/RO**. Relator: ministro Garcia Vieira. Publicado no Diário da Justiça em 15 de dezembro de 1997. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num\\_registro=199600181330&dt\\_publicacao=15-12-1997&cod\\_tipo\\_documento=3&formato=undefined](https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199600181330&dt_publicacao=15-12-1997&cod_tipo_documento=3&formato=undefined)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

<sup>238</sup> \_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **Mandado de segurança n. 0038365-55.2010.4.03.0000/SP**. Relatora: desembargadora federal Cecília Marcondes. Publicado em 20 de dezembro de 2010, p. 1. Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br/sala-de-imprensa/pdfs-das-noticias/ms201003000383652.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

posicionamento de todos os atores jurídicos – magistrado, promotor, defensor público e advogados – no mesmo plano, destinando-se ao órgão ministerial assento junto à mesa onde se encontravam as partes, advogados, testemunhas e acusados. A fim de obter decisão liminar, a instituição arguiu a tradição secular de sua prerrogativa de se posicionar à direita dos magistrados e a singularidade de sua função.

Perante tais fatos, a Exma. Sra. desembargadora federal, Cecília Marcondes, concedeu a liminar sob os seguintes argumentos:

[...] reconheço que o *layout* adotado, aparentemente, se divorciou do intento do legislador, pois sentar ao lado imediatamente direito do juiz é diferente de sentar à frente do magistrado (que parece ter sido o *layout* adotado pela autoridade coatora).

Como é cediço, o Ministério Público tem como incumbência promover a defesa da ordem jurídica, não podendo ser considerado parte no *stricto sensu* porque não busca incondicionalmente, na ação penal, a condenação do réu, ao contrário, atuando na defesa da lei, age livremente na busca da verdade real, verdade esta também perseguida pelo Estado personificado na figura do Juiz<sup>239</sup>.

Mesmo após a interposição da Reclamatória n. 12.011/SP pelo juiz Ali Mazloun, a fim de preservar a competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento do tema, com fundamento no artigo 102, inciso I, da Constituição Federal de 1988<sup>240</sup>, não houve uma efetiva análise do mérito da questão. Sob a alegação de que não restou devidamente comprovado o interesse de toda a magistratura no caso e o perigo de demora da medida, a relatora, ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, indeferiu a liminar, pois, segundo seu entendimento, “o assento do representante do Ministério Público em posição privilegiada é costume praticado e aceito há muito tempo”<sup>241</sup>.

A respeito do caso, o próprio procurador geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, emitiu o Parecer n. 2.526/2014<sup>242</sup>, através do qual justificou a

<sup>239</sup> BRASIL, 2010, p. 2.

<sup>240</sup> \_\_\_\_\_, 1988.

<sup>241</sup> \_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Medida cautelar na reclamação nr. 12011**. Relatora: ministra Cármen Lúcia. Publicado no Diário Oficial da Justiça em 13 de março de 2012, p. 8. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioProcesso.asp?numDj=52&dataPublicacaoDj=13/03/2012&incidente=4111789&codCapitulo=6&numMateria=28&codMateria=2>>. Acesso em 30 mai. 2014.

<sup>242</sup> \_\_\_\_\_. Procuradoria Geral da República. **Parecer n. 2526/2014 – ASJCIV/SAJ/PGR**. Publicado em 20 de março de 2014, p. 13-15. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4111765>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

prerrogativa assumida pelo Ministério Público em razão da natureza jurídica de sua atribuição de, mesmo na posição formal de parte no processo, atuar de modo imparcial em defesa do interesse público. Daí decorreria o seu posicionamento na sala de audiência, não como uma ofensa ao princípio da isonomia, mas como uma forma de exaltar a forte simbologia de um órgão que age com a prudência de fiscal da Lei.

E segue argumentando que a cadeira destinada à instituição não ofenderia o contraditório e a ampla defesa, pois

nas audiências e sessões de julgamento, o contraditório e a ampla defesa são exercidos, a cada caso, mediante a garantia de igualdade de tempo para as partes, seja para as suas sustentações, seja para apresentar questões de ordem e questionamentos ou formular perguntas, aqui se o ato tiver natureza instrutória<sup>243</sup>.

De igual modo, a questão segue esperando uma solução definitiva por parte da Suprema Corte também nas Ações Direta de Inconstitucionalidade n. 4.768<sup>244</sup> e 3.962<sup>245</sup>, propostas, respectivamente, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA.

## 4.2 JUSTIFICATIVAS PARA UMA NOVA ARQUITETURA DAS SALAS DE AUDIÊNCIA E JULGAMENTO

Em contrapartida a esse posicionamento conservador, há muitos autores que têm criticado a disposição dos assentos nas salas de audiência e julgamento, embasados, inclusive, em alguns entendimentos jurisprudenciais sobre a questão.

Com a intenção de propiciar a compreensão da insurgência, imprescindível a análise dos diplomas normativos atinentes à matéria, com base nos quais se fundamentarão as premissas redefinidoras da estrutura cênica do ambiente judiciário.

<sup>243</sup> BRASIL, P. G. R., 2014, p. 15-16.

<sup>244</sup> \_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade n. 4.768**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4233888>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

<sup>245</sup> \_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade n. 3.962**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2559670>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

### 4.2.1 Garantias constitucionais e legislação infraconstitucional

Convém, a princípio, analisar o conteúdo da Carta Magna. Dentro deste sistema, ganha relevância como seu corolário principialista a existência de um processo de partes. Segundo este preceito, às partes deveria ser destinada a garantia de igualdade concreta e efetiva de situações, amparada no princípio do devido processo legal<sup>246</sup>.

Com sustentáculo nesses princípios é que decorrerá toda a explanação subsequente neste trabalho, que, antes, passará por um exame das legislações correspondentes às instituições de defesa.

#### 4.2.1.1 Garantia do Devido Processo Legal e Princípio da Isonomia

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 instituiu, em seu artigo 5º, inciso LIV, a garantia do devido processo legal, ao disciplinar que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Tal salvaguarda constitucional pode ser estudada em seus dois sentidos: material e processual<sup>247</sup>.

No primeiro, vislumbra-se a necessária equalização de valores para se chegar a um final justo. Como decorrência dessa faceta, identifica-se o princípio da razoabilidade, através do qual se efetua uma ponderação racional da relevância dos meios para que se possa atingir aos fins aos quais se propõe, como o efetivo acesso à justiça e realização do direito<sup>248</sup>.

Já no segundo sentido, pretende-se tutelar o respeito às garantias e normas processuais. Assim, a observância das regras referentes à sistemática processual é medida necessária para se evitar quaisquer arbitrariedades por parte dos órgãos estatais, seja através do zelo pelos procedimentos estatuidos legislativamente, seja por meio da justa configuração da relação jurídica entre os sujeitos do processo<sup>249</sup>.

Para que haja a efetivação deste preceito constitucional, deve-se buscar a construção de um processo em que haja a efetiva observância do contraditório e do

<sup>246</sup> GRINOVER, 1998, p. 319.

<sup>247</sup> LAMY, Eduardo de Avelar; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Curso de processo civil: teoria geral do processo**. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Conceito Editorial, v. 1, 2011, p. 225.

<sup>248</sup> *Ibidem*, p. 225-227.

<sup>249</sup> *Ibidem*, loc. cit.

princípio da isonomia entre as partes, compreendida sob seu aspecto material de forma a equilibrar as características que possam vir a influenciar, de forma consciente ou inconsciente, na construção da solução dialogada para o caso penal<sup>250</sup>.

O princípio da isonomia tem sua base esculpida no artigo 5º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Conforme a norma constitucional, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”<sup>251</sup>, o que, no âmbito processual, sintetiza-se através da igualdade processual<sup>252</sup>.

Observa-se, com base nesses preceitos democráticos, que a Carta Constitucional de 1988 adotou como modelo processual penal o sistema acusatório. Além da gestão probatória nas mãos das partes, conforme já tratado nos capítulos iniciais, sua efetivação se dá através da atribuição da função acusatória, defensora e julgadora a sujeitos processuais distintos, caracterizando, desta forma, um processo de partes. Para tanto, albergado pelo princípio isonômico, necessário o respeito à paridade de armas, através da dispensa de tratamento igualitário, tanto em oportunidades, quanto em instrumentos, às partes no processo<sup>253</sup>.

Por meio desta regra é que se extrai a necessidade de igualdade de oportunidades entre as partes no processo, a qual poderá se dar de modo formal ou mesmo proporcional – tratamento igual aos iguais, e desigual aos desiguais. Sendo assim, indevida qualquer atribuição de prerrogativas a uma das partes que transcenda o equilíbrio que deve haver entre ambas, pois violaria a paridade de armas, necessária à isonomia processual<sup>254</sup>.

#### 4.2.1.2 Lei n. 8.906/1994 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – e Lei Complementar n. 80/1994 – Lei da Defensoria Pública da União

As garantias destinadas aos membros do Ministério Público, embasadas no respectivo diploma orgânico (Lei n. 8.625/1993), deveriam guardar similitude com as prerrogativas destinadas aos advogados e defensores públicos por seus respectivos diplomas normativos. Tal baliza advém da própria Constituição da República

---

<sup>250</sup> CASARA; KARAM, 2005, p. 5-6.

<sup>251</sup> BRASIL, 1988.

<sup>252</sup> LAMY; RODRIGUES, 2011, p. 229.

<sup>253</sup> CASARA; KARAM, 2005, p. 5.

<sup>254</sup> *Ibidem*, p. 229.

Federativa do Brasil de 1988, ao atribuir à advocacia e à defensoria pública, em seu artigo 133, também a índole de categoria “indispensável à administração da justiça”<sup>255</sup>.

Com sustentáculo na Carta Cidadã, a Lei n. 8.906/1994 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – disciplinou a inexistência de hierarquia ou mesmo subordinação entre os advogados, membros do órgão ministerial e juízes<sup>256</sup>. Ou seja, mesmo o magistrado, na função de diretor do processo, não angaria qualquer poder hierárquico sobre as partes, devendo todos se tratarem com urbanidade<sup>257</sup>.

Além disso, advém da Lei Complementar n. 80/1994 – Lei da Defensoria Pública da União – a prerrogativa direcionada aos defensores públicos de tomar assento no mesmo plano que o representante do Ministério Público.

Isto posto, observa-se que a Constituição Federal de 1988, de índole democrática, adotou como sistema processual penal o modelo acusatório, representado por um processo de partes, nas mãos das quais estará a gestão probatória. Para a efetivação deste sistema estão dispostas garantias e princípios constitucionais que amparam o necessário tratamento igualitário às partes, tanto em oportunidades, como em instrumentos.

É com base nesse cenário jurídico que se fundamentaram as regras dispostas pelos diplomas normativos da Ordem dos Advogados do Brasil e da Defensoria Pública, as quais não são observadas na atual disposição cênica das salas de audiência e julgamento.

Frente a isso é que serão apresentados alguns argumentos doutrinários e jurisprudenciais favoráveis a uma redefinição dos assentos distribuídos no ambiente judiciário, de modo a observar as disposições contidas na legislação pátria.

#### 4.2.2 Posicionamento doutrinário e jurisprudencial

Em razão da tradição consagrada no sistema jurídico brasileiro, onde o Ministério Público toma assento junto ao magistrado nas salas de audiência e julgamento, alguns doutrinadores começaram a questionar referida prerrogativa em

---

<sup>255</sup> BRASIL, *op. cit.*

<sup>256</sup> DECOMAIN, 1996, p. 345.

<sup>257</sup> NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**: atualizado até 1.º de março de 2006. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 334.

face dos princípios norteadores da Carta Magna. Dentre eles, pode-se citar CASARA e KARAM, que apresentaram uma crítica à definição cênica das salas de audiências e sessões nos tribunais. Segundo os autores:

Sem que quase ninguém se questione, sem que quase ninguém se pergunte, cotidianamente se repetem, da mais longínqua comarca ao Supremo Tribunal Federal, audiências e sessões, em que o Ministério Público, órgão acusador no processo penal, diferenciadamente se coloca fisicamente junto ao órgão julgador, em inaceitável posição insinuadora de uma sua suposta imparcialidade e/ou superioridade<sup>258</sup>.

Verifica-se, destarte, que há uma flagrante contradição social na distribuição desse espaço público. As antíteses sociais presentes na sociedade podem ser verificadas também nas salas de audiência e julgamento, principalmente no terceiro nível (o mais alto), onde estão dispostos os símbolos distintivos entre os atores que lá se situam, como entradas independentes, bandeiras, tablados com mesas e cadeiras elevadas, entre outros. Nesse sentido, importante relatar:

A mesma relação de proximidade observada no esquema como um todo se reproduz aqui. Assim como os jurados, advogados e jornalistas são os escolhidos para ficarem mais próximos do cenário onde as decisões são tomadas, o promotor é o ocupante da mesa colocada na mesma linha da do juiz, um degrau abaixo e a sua direita. [...] À direita do juiz e a sua frente, sobre um tablado quase ao rés-do-chão, fica a mesa do advogado [*sic*] de defesa, diretamente em frente ao elevado onde estão as sete cadeiras destinadas aos jurados, separadas do resto do espaço desse nível por uma nova divisão de madeira. O único a sentar-se ao nível do chão, numa cadeira colocada em frente à mesa do advogado e ladeado por dois guardas, é o réu<sup>259</sup>.

De acordo com a arquitetura apresentada, os juízes tomam assento de forma centralizada no plenário, em um plano superior ao das partes e de frente para os demais presentes. Tal posição se legitima em razão da presidência exercida, a fim de que ele possa ter a visão de tudo que venha a ocorrer, bem como que seja visto por todos<sup>260</sup>. O Ministério Público, mesmo na função de órgão acusador, como autor da ação penal condenatória, ocupa espaço de destaque nas salas de audiências e julgamento. Seu assento está localizado logo à direita dos juízes e em um plano

<sup>258</sup> CASARA, Rubens R. R.; KARAM, Maria Lúcia. **Redefinição cênica das salas de audiência e sessões nos tribunais**. In: Revista de Estudos Criminais. Porto Alegre: Nota Dez, ano 5, n. 19, 2005, p. 1.

<sup>259</sup> CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representação jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 81.

<sup>260</sup> ASSAD, Thathyana Weinfurter. **Uma visão filosófica das relações de poder instituídas na arquitetura do tribunal do júri**. Monografia (Especialização) – Escola da Magistratura do Paraná, Curitiba, 2010, p. 26-27.

superior aos advogados de defesa e defensores públicos, os quais se distribuem em posição distante do órgão jurisdicional. Aos réus, por sua vez, é destinado o “estigmatizante, pré-julgador e distante ‘banco dos réus’”<sup>261</sup>.

Perante esta estrutura, CARNELUTTI<sup>262</sup> apresenta uma crítica em algumas linhas, ao dispor que “o defensor está embaixo, em cotejo com o juiz; ao invés, o Ministério Público, ele está ao lado. Isto constitui um erro, que com uma maior compreensão em torno da mecânica do processo terminará por se corrigir”. Vê-se, aqui, a concepção cênica própria do modelo inquisitório, onde se destinava cadeira mais modesta e em nível inferior, se comparada ao assento ocupado pelo juiz inquisidor<sup>263</sup>.

A distância verificada entre o magistrado e os advogados de defesa decorreria do fato de não terem sido as salas de audiência tradicionais construídas para concretização de seu fim, qual seja, o de se fazer ouvir<sup>264</sup>, como observado na narrativa de CALAMANDREI acerca do discurso proferido no Tribunal de Cassação italiano. O autor relata que a distância em que se encontrava o assento dos advogados, em relação à mesa do presidente da turma, impedia a compreensão de seu discurso, tanto é que o presidente lhe dirigiu a seguinte solicitação: “– Advogado, por favor, saia do banco e aproxime-se. Nesta sala, aqui de cima, não se ouve absolutamente nada do que o senhor diz”<sup>265</sup>.

A respeito, brilhante a conclusão apresentada por CORRÊA<sup>266</sup> acerca das relações verificadas em referido ambiente judiciário:

A relação vertical aparente nessa ordenação do espaço será transformada, dentro do âmbito da discussão, numa relação horizontal, que obscurece a existência de ‘desiguais’ como parceiros no processo em julgamento. Essa horizontalidade se estabelece ao criar-se uma aparência de igualdade no debate [...]. Os atores jurídicos, ao servirem de mediadores de uma realidade que não é a sua, traduzindo-a para a linguagem do mundo a que pertencem, perdem de vista o sentido de opressão inscrito no trabalho que realizam, passando a atuar como se de fato todos fossem iguais.

Nesse contexto, faz-se necessário ressaltar o seguinte: o suposto perfil jurídico constitucional destinado à instituição pela Constituição da República

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>262</sup> CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. 7. ed. Trad. José Antônio Cardinalli. Campinas: Bookseller, 2005, p. 34.

<sup>263</sup> EYMERICH, 1993, p. 114.

<sup>264</sup> CALAMANDREI, p. 336.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 329.

<sup>266</sup> CORRÊA, 1983, p. 82-83.



Federativa do Brasil<sup>267</sup>, ao classifica-la como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado” cuja atribuição está atrelada à “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, não desvirtua sua atuação como órgão acusador. Sua atribuição junto à pretensão punitiva estatal advém, inclusive, do diploma constitucional, ao defini-la como instituição titular da ação penal pública<sup>268</sup>.

O nosso ordenamento constitucional ampara a existência de um processo de partes, onde tanto a defesa, quanto a acusação são concebidas como funções essenciais à justiça, as quais devem se encontrar em posição equidistante do órgão jurisdicional, perante a imparcialidade dele esperada. Encontrando-se o Ministério Público, os defensores públicos e os advogados na condição de partes, deverão, com vistas à preservação da paridade de armas, gozar de isonomia e desfrutar de situações subjetivas congêneres<sup>269</sup>.

Segundo CASARA e KARAM<sup>270</sup>, a intervenção do Ministério Público no processo com a função de emitir pareceres em determinados recursos e ações, na condição de fiscal da lei, violaria o equilíbrio que deveria haver entre acusação e defesa. Mediante sua manifestação dúplice, como no caso da ação civil pública, onde sua intervenção como fiscal da lei se dá obrigatoriamente em razão de não ter intervindo como parte (artigo 5º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985), a instituição detém, sob um aspecto de suposta imparcialidade, mais oportunidades de interceder no processo, o que violaria frontalmente a paridade de armas.

Conquanto o posicionamento de referido autor, há linhas doutrinárias que apontam para a legitimidade da prerrogativa absorvida pela instituição na condição de *custos legis*, a qual não compatibilizaria com sua atuação como parte no processo. Quando nessa posição, seria descabido qualquer tratamento diferenciado ao órgão ministerial por violação ao princípio da isonomia<sup>271</sup>, que dentro da ordem democrática deve reger o nosso sistema processual.

---

<sup>267</sup> BRASIL, 1988.

<sup>268</sup> CASARA; KARAM, 2005, p. 5.

<sup>269</sup> GRINOVER, 1998, p. 313, 319.

<sup>270</sup> CASARA; KARAM, *op. cit.*, *loc. cit.*

<sup>271</sup> DELGADO, José Augusto. **A supremacia dos princípios nas garantias processuais do cidadão**. Brasília: Revista de Informação Legislativa, v. 31, n. 123, p. 35-46, jul./set., 1994, p. 43. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/175995>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

Nesse sentido, inclusive, são as palavras de PITAS<sup>272</sup>:

As prerrogativas da função própria do Estado que se atribui ao Ministério Público no exercício do ofício de fiscal da lei, logicamente, não se comunicam e juridicamente não podem ser comunicadas ao exercício que o Ministério Público pratica como órgão postulante da prestação jurisdicional. Aqui seu tratamento deve ser exclusivamente, e por equidade [*sic*], como o destinado a todos os jurisdicionados.

Acerca do mito de imparcialidade do órgão ministerial, seguem CASARA e KARAM assinalando o entendimento de que “é inteiramente absurda a suposição [...] de que quem é parte em um processo – como é o Ministério Público no processo penal – possa, como que desenvolvendo uma espécie de dupla personalidade, atuar imparcialmente neste mesmo processo”<sup>273</sup>. Diante dessa enganosa imagem de órgão imparcial, o Ministério Público absorve uma maior credibilidade que a parte defensora, como se fosse a parte mais imiscuída com a Justiça<sup>274</sup>.

O órgão ministerial, por sua vez, mantém sua ideologia conservadora referente à localização geográfica da cadeira que lhe é reservada nas salas de audiência e julgamento, seguindo uma possível tradição advinda dos turbos períodos marcados pela ditadura militar no Brasil, conforme já discorrido no capítulo segundo deste trabalho. Através de uma forte resistência à redefinição arquitetônica do ambiente judiciário, a instituição acaba por infringir até mesmo sua missão institucional de zelar pelo respeito aos direitos amparados na Carta Constitucional, pois fecha seus olhos ao instituto do devido processo legal<sup>275</sup>.

Referente a esse exagerado apego que o Ministério Público mantém frente a sua posição na sala de audiências, brilhante o entendimento manifestado pelo ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello<sup>276</sup>:

[...] é potencializar paixão humana menos recomendável, como se na localização geográfica da cadeira, destinada à parte ou ao respectivo representante processual, em uma sala de audiências, estivesse a

<sup>272</sup> PITAS, José Severino da Silva. **Ministério público do trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte?** Brasília: Revista de Informação Legislativa, v. 32, n. 126, p. 43-46, abr./jun., 1995, p. 44. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/176320>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

<sup>273</sup> CASARA; KARAM, 2005, p. 8.

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 9-10.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 10-11.

<sup>276</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso ordinário em mandado de segurança n. 21.884-7/DF**. Relator: ministro Marco Aurélio. Publicado no Diário da Justiça da União em 25 de novembro de 1994, p. 13. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?numero=21884&classe=RMS>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

definição da importância quer da Instituição, quer daquele que a representa.

Registre-se aqui que as prerrogativas processuais ou extraprocessuais e as garantias pessoais e funcionais destinadas à instituição não podem, nem devem, ser consideradas pelos seus representantes como características próprias de carreiras privilegiadas. Cingem-se, sobretudo, ao seu objeto primordial, qual seja, a serventia à coletividade através da tutela social<sup>277</sup>.

Em âmbito judicial, inclusive, chegou a ser acolhido pelo Superior Tribunal Militar o pedido proposto pelo Ministério Público Militar, por meio da Petição n. 438-2/DF, para ter, com base no enunciado do artigo 18, inciso I, alínea a, da Lei Complementar n. 75/1993, garantida sua prerrogativa funcional de tomar assento “no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem”<sup>278</sup>. A Corte Militar determinou que a instituição ocupasse a posição do juiz auditor na bancada de julgamento, ao lado direito do presidente dos Conselhos Permanente ou Especial de Justiça.

A questão, todavia, foi alvo de impugnação por parte dos juízes auditores da Justiça Militar Federal e da Associação dos Magistrados da Justiça Militar. Através do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n. 21.884-7/DF, o tema foi submetido à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Conforme o entendimento manifestado pela Suprema Corte<sup>279</sup>, os artigos 400 e 401 do Código de Processo Penal Militar definiram a unidade da bancada do Conselho de Justiça e destinaram igualitariamente aos promotores de justiça e aos advogados de defesa mesas próximas ao Conselho. Tais dispositivos vêm ao encontro do conceito de devido processo legal, alicerçado na Carta Constitucional, cuja abrangência alberga o necessário tratamento igualitário às partes, condição na qual se encontram aqueles ao absorverem a titularidade da ação penal<sup>280</sup>. Já o conteúdo jurídico que fundamenta a prerrogativa ministerial, por sua vez,

revela não em si uma regra processual, mas a normatização de uma prerrogativa da Instituição, muito embora, levada às últimas consequências, sujeita a crítica sob o ângulo constitucional, considerado o tratamento igualitário devido às partes, isto **quando o**

<sup>277</sup> MAZZILLI, 1998, p. 145.

<sup>278</sup> BRASIL. **Lei complementar nº 75, de 20 de maio de 1993**. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do ministério público da união. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

<sup>279</sup> \_\_\_\_\_, 1994, p. 7.

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 9.

**Órgão do Ministério Público atua com tal qualidade** (grifou-se)<sup>281</sup>.

Assim, nas palavras do relator, o ilustre ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello, os representantes de ambas as instituições estariam na mesma situação, “não havendo como cogitar de tratamento preferencial que acabe por colocar em jogo a idéia [sic] de independência que deve ser nutrida em relação aos Órgãos julgadores”<sup>282</sup>.

Comentando o julgamento da ação pelo Supremo Tribunal Federal, CASARA e KARAM<sup>283</sup> afirmam que a Corte “afastou o ridículo, ao dar à regra da alínea a do inciso I do artigo 18 da Lei Complementar 75/93 a interpretação compatível com a inafastável prevalência da cláusula fundamental do devido processo legal”.

#### **4.2.3 Poder simbólico**

Conforme explanado, a instituição ocupa uma geografia destacada na sala de audiências, em nível superior e em proximidade ao magistrado, podendo-se até dizer que como um “braço direito” deste. Em decorrência de sua posição, o promotor de justiça exerce sobre os demais atores presentes nesse espaço público uma forte produção simbólica como “instrumento de dominação”<sup>284</sup>.

O poder simbólico pode ser exercido de forma imperceptível. Decorre da atuação daqueles que a ele estão sujeitos ou mesmo daqueles que com cumplicidade<sup>285</sup>, sob o fundamento de legitimidade do sistema baseado em um discurso conservador<sup>286</sup>, exercem a violência simbólica de uma classe sobre a outra<sup>287</sup>.

Nesse sentido, CASARA e KARAM<sup>288</sup> demonstram a preponderância do poder simbólico no sistema jurídico brasileiro. De acordo com os autores:

Esta estrutura cênica, manifestamente inadequada ao modelo republicano e aos princípios garantidores expressos nas declarações universais de direitos e na Constituição Federal brasileira, nitidamente revela a estrutura patriarcal e a ideologia de casta, que, entranhadas na autoritária história do Estado brasileiro, favorecem o

<sup>281</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>282</sup> BRASIL, 1994, p. 9.

<sup>283</sup> CASARA; KARAM, 2005, p. 13.

<sup>284</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

<sup>285</sup> *Ibidem*, p. 7-8.

<sup>286</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>287</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>288</sup> CASARA; KARAM, *op. cit.*, p. 2.

surgimento de violências simbólicas e tratamentos privilegiados, que acabam por não ser sentidos, nem percebidos como tal.

Em face desta invisibilidade, atribui-se ao membro da classe dominante a legitimidade de seu discurso enunciativo, sem ao menos se questionar o que o fundamenta. Nessa linha, seguem os ensinamentos de BOURDIEU<sup>289</sup>:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. [...] o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Perante este sistema de símbolos, há uma luta para imposição dos interesses condizentes à classe dominante. Sob uma roupagem que visa a tutela de interesses universais, comunitário a todos, busca-se impor as ideologias próprias do grupo dominante, que tendem a referendar interesses meramente particulares<sup>290</sup>.

Vê-se, assim, que através de sua localização, o Ministério Público agrega a sua palavra um forte poder simbólico, diante de sua proximidade ao magistrado. Com isso, os discursos manifestados por seus interlocutores expressam um “emaranhado de símbolos que são manipulados em função do poder”<sup>291</sup>.

Nessa mesma orientação, através da análise da disposição cênica presente também nas salas do Tribunal do Júri, a qual se amolda ao presente objeto de estudo, ASSAD discorre que essa arquitetura “retrata uma prática discursiva produtora de um discurso, o qual traz consigo relações de poder (especialmente em sua faceta da influência), cuja invisibilidade não afasta a obtenção de um resultado semelhante ao qual se conseguiria pela força”<sup>292</sup>.

A disposição das formas, signos e estruturas processuais é uma forma de comunicação com o público. Suas convicções advêm do poder simbólico gerado através da atuação cênica das partes em juízo, situação esta que não se limita à questão da topografia das salas de audiência e julgamento, mas das consequências

<sup>289</sup> BOURDIEU, *op. cit.*, p. 14-15.

<sup>290</sup> BORDIEU, 1989, p. 10-11.

<sup>291</sup> STRECK, Lênio. **Tribunal do júri: símbolos e rituais**. 3. ed. rev., mod. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 112.

<sup>292</sup> ASSAD, 2010, p. 44.

reais geradas pela sua prática concreta<sup>293</sup>.

Desse modo, a atual composição cênica das salas de audiência e julgamento, com o membro do Ministério Público sentado próximo ao magistrado, segundo a teoria do agir comunicativo de Habermas, seria uma forma de comunicação simbólica com a sociedade. De forma consciente ou mesmo inconsciente, acaba-se por suscitar nesta uma imagem mesclada dos órgãos representantes do Estado, o que afeta, por conseguinte, a índole imparcial consagrada a ambos. Nas palavras de CASARA e KARAM, a “proximidade física de uma das partes com o juiz [...] gera a impressão de promiscuidade funcional [...], o que, não raro, se confirma por conversas ao pé-de-ouvido (os famosos ‘embargos auriculares’) entre acusador e o juiz”<sup>294</sup>.

O Poder Judiciário, assim, não poderia destinar tratamento diferenciado às partes, prestigiando uma em detrimento da outra. Isso porque a influência exercida pela simbologia gerada a partir de uma concepção cênica de conteúdo nazifascista poderia pôr em risco até mesmo as provas produzidas em audiência, através de uma possível interferência no comportamento assumido pelos depoentes<sup>295</sup>.

Outro exemplo desse poder exercido pela disposição arquitetônica pode ser observado no próprio Tribunal do Júri, onde, conforme pesquisa realizada<sup>296</sup>, a figura que desperta maior confiança dos jurados é o juiz togado, de acordo com 60,40% dos entrevistados. Partindo da análise desse estudo, ASSAD conclui que o promotor de justiça, ao tomar assento ao lado direito do magistrado, como se fosse uma extensão do órgão jurisdicional, angaria a empatia do júri em segundo plano, enquanto que o advogado de defesa, localizado distantemente do órgão julgador, como se representasse uma figura oposta, desperta sua desconfiança<sup>297</sup>.

Perante este cenário é que se passa, então, à análise das propostas para redefinição cênica das salas de audiência.

---

<sup>293</sup> CASARA; KARAM, 2005, p. 3.

<sup>294</sup> CASARA; KARAM, 2005, p. 2.

<sup>295</sup> MAZLOUM, 2011.

<sup>296</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 169.

<sup>297</sup> ASSAD, 2010, p. 43-44.

#### 4.3 PROPOSTAS PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO CÊNICA DAS SALAS DE AUDIÊNCIA E JULGAMENTO

Perante toda a argumentação exposta, visualiza-se a disparidade resultante da destinação de um assento privilegiado ao representante do Ministério Público ao lado do magistrado e em plano superior às instituições de defesa.

Muito embora o perfil constitucional destinado ao órgão ministerial, verifica-se que às instituições de defesa também foi concedido igual tratamento, ao atribuir-lhes a denominação de funções essenciais à justiça. Somente pela atribuição de defesa do regime jurídico e democrático é que poderia se visualizar uma magnificência da função ministerial, mas tão somente relacionada ao seu exercício na condição de fiscal da lei, pois na figura de parte, muitas vezes defendendo interesses privados, deveria receber igual tratamento ao dispensado ao órgão de defesa. Isso é perceptível, por exemplo, pela titularidade da ação penal pública, sendo necessário, em face do princípio da isonomia, do qual decorre a necessária paridade de armas, tanto em oportunidades, como de instrumentos, a concessão de tratamento igualitário ao órgão de acusação e ao de defesa, principalmente em relação à equidistância, a fim de garantir a própria imparcialidade do juiz.

Diante disso é que se afigura como indevido o assento destinado ao Ministério Público em nível superior aos órgãos de defesa e ao lado do magistrado, visto que sua posição geográfica apresenta uma forte simbologia sobre os presentes nas salas de audiência e julgamento, capaz de influir até mesmo no resultado destes, além de o assento reservado ao réu em nível abaixo do órgão acusador e julgador se assemelhar à estrutura utilizada durante o sistema inquisitório, o que não se coaduna com o modelo acusatório, implicitamente adotado pelo ordenamento pátrio.

A questão que exsurge na sequência se relaciona às proposições para uma nova arquitetura das salas de audiência e julgamento que respeite as disposições contidas na legislação nacional, levando-se em consideração o princípio da isonomia, instituído pela Carta Constitucional de 1988.

Para tanto, serão analisadas as propostas existentes que buscam a solução para o caso.

#### 4.3.1 Projeto de Lei Complementar n. 179/2012

Em virtude dos debates que têm rodeado o tema objeto deste trabalho, foi, inclusive, proposto na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar n. 179/2012<sup>298</sup>, de autoria do deputado licenciado Carlos Bezerra (PMDB/MT), onde encontra-se atualmente em trâmite. O projeto objetiva a alteração da redação contida no artigo 18, inciso I, alínea a, da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, a fim de que o membro do Ministério Público passasse a sentar no mesmo nível que a parte contrária quando não atuasse na função de fiscal da lei, mas como parte no processo.

Segundo a proposta apresentada, o normativo que traz referida prerrogativa do Ministério Público passaria a vigorar com o seguinte texto:

Art. 18. São prerrogativas dos membros do Ministério Público da União:

I – institucionais:

a) sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem, **salvo quando atuarem como partes no processo** (grifou-se).

Dentre as justificativas para a aprovação do projeto, o autor apontou a necessidade de concessão de tratamento isonômico às partes, conforme disposição esculpida no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Essa exigência constitucional caberia apenas quando o Ministério Público atuasse como parte no processo, diante da supremacia ocasionada pelo seu assento privilegiado. Nos casos em que a instituição participasse como fiscal da lei, todavia, seria plenamente legítima a posição assumida em um plano superior<sup>299</sup>.

O relator, deputado Paes Landim, quando da análise do projeto submetido a sua apreciação, entretanto, manifestou seu voto pela inconstitucionalidade e antijuridicidade do projeto de lei. Segundo ele, o projeto estaria eivado de inconstitucionalidade por vício formal de iniciativa, a qual seria reservada de modo concorrente ao presidente e ao procurador geral da República<sup>300</sup>.

<sup>298</sup> BRASIL. **Projeto de lei complementar n. 179/2012**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544845>>.

Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>299</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>300</sup> \_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei complementar nº 179, de 2012**. Relator: deputado Paes Landim. Publicado em 4 de julho de 2013, p. 2. Disponível em:



Além disso, caso superada essa questão, ainda assim o projeto careceria de juridicidade, pois a lei orgânica da instituição não distinguiu o órgão ministerial conforme sua atuação (interveniente ou agente) para fins de aplicação do dispositivo. Sendo parte ou fiscal da lei, estaria garantida sua prerrogativa, pois atuaria em prol da ordem jurídica, e não de interesses meramente privados<sup>301</sup>. Como exemplo da impossibilidade da cisão de sua atuação processual, apontou a disposição do artigo 103, inciso VI e § 1º, da Constituição Federal de 1988<sup>302</sup>, que determina seja ouvido previamente o procurador geral da República nos processos de ação direta de inconstitucionalidade e todas as demais ações de competência da Suprema Corte, mesmo nos casos em que ele é o autor da ação direta de inconstitucionalidade.

#### 4.3.2 Recomendação do Conselho Nacional de Justiça

A questão da disposição das cadeiras nas salas de audiência e julgamento teve também sua discussão levada ao Conselho Nacional de Justiça. Por meio do Pedido de Providências n. 0007813-88.2012.2.00.0000<sup>303</sup>, a Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil solicitou a reserva de assento junto ao púlpito para que os advogados pudessem acompanhar o julgamento.

Após solicitar informações dos Tribunais pátrios acerca da disponibilidade de assento para os defensores, o conselheiro José Roberto Neves Amorim determinou o arquivamento do pedido por entender que seu objeto – assento ao lado do púlpito – refletiria mais um caráter de comodidade do que de necessidade<sup>304</sup>.

Muito embora tal negativa, como também em muitos outros casos da

---

<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=FE492D6414551D9A46531772ACB249E9.proposicoesWeb1?codteor=1106843&filename=Tramitacao-PLP+179/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FE492D6414551D9A46531772ACB249E9.proposicoesWeb1?codteor=1106843&filename=Tramitacao-PLP+179/2012)>. Acesso em: 23 abr. 2014.

<sup>301</sup> *Ibidem*, p. 3-5.

<sup>302</sup> \_\_\_\_\_, 1998.

<sup>303</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Pedido de providências n. 0007813-88.2012.2.00.0000**. Relatora: conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito. Publicado no Diário da Justiça em 13 de março de 2014. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/ecnj/consulta\\_processo.php?num\\_processo\\_consulta=00078138820122000000&numrowsControle=-64&consulta=s&pg=0&txtcaptcha=>](http://www.cnj.jus.br/ecnj/consulta_processo.php?num_processo_consulta=00078138820122000000&numrowsControle=-64&consulta=s&pg=0&txtcaptcha=>)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

<sup>304</sup> \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Relator: conselheiro José Roberto Neves Amorim. Publicado no dia 14 de março de \_\_\_\_\_. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/ecnj/consulta\\_processo.php?num\\_processo\\_consulta=00078138820122000000&numrowsControle=-64&consulta=s&pg=0&txtcaptcha=>](http://www.cnj.jus.br/ecnj/consulta_processo.php?num_processo_consulta=00078138820122000000&numrowsControle=-64&consulta=s&pg=0&txtcaptcha=>)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

jurisprudência nacional, a requerente recorreu administrativamente da decisão sob o argumento de que a ausência da cadeira próxima à tribuna violaria as prerrogativas dos advogados, ainda mais quando observado a destinação desse privilégio aos membros do Ministério Público. Em face da argumentação apresentada, a relatora, conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito, entendeu que os Tribunais devem buscar a melhoria dos serviços prestados, mormente com a disponibilização de assentos próximos ao púlpito<sup>305</sup>.

Vê-se, assim, que o Conselho Nacional de Justiça orientou todos os Tribunais pátrios a redefinirem a arquitetura de suas salas de julgamento, seguindo o modelo pretendido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, qual seja, de destinação de assento fixo aos advogados próximo ao púlpito.

#### **4.3.3 Posicionamento doutrinário e jurisprudencial**

Como diria MAZLOUM<sup>306</sup>, “com todos preocupados em subir ao palco, o espaço ficou pequeno para tanta gente”. Em face deste cenário é que se passa a analisar algumas alternativas apresentadas pela doutrina e jurisprudência para uma redefinição isonômica do espaço nas salas de audiência e julgamento do Poder Judiciário.

A fim de adentrar à análise das propostas, convém apresentar como exemplo a interpretação da legislação no âmbito da Justiça Federal. Neste conjunto de órgãos do Poder Judiciário, os juízes têm cadeira reservada sobre o estrado, enquanto que os membros do Ministério Público Federal absorvem a garantia de tomarem assento no mesmo plano e à direita daqueles. Da mesma forma, à Defensoria Pública da União é destinada a garantia de se posicionar no mesmo nível que o órgão ministerial e aos advogados é garantido tratamento igualitário<sup>307</sup>.

Perante tais prerrogativas, uma alternativa levantada pela doutrina como forma de solucionar o embate seria a transposição do assento destinado ao órgão de defesa para a esquerda do magistrado, junto ao tablado em que estariam posicionados o Ministério Público e o órgão julgador (*vide* figura 1). Deste modo, sem a necessidade de retirada do tablado, poderia o órgão de defesa ser convidado

---

<sup>305</sup> *Idem*, 2014.

<sup>306</sup> MAZLOUM, 2011.

<sup>307</sup> MAZLOUM, 2011.

a se posicionar no mesmo plano que a instituição ministerial, quando de sua função como órgão acusador, reverenciando, por conseguinte, a pleiteada igualdade entre as partes<sup>308</sup>.

Figura 1 – Transporte do órgão de defesa para cima do tablado, à esquerda do magistrado.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da ferramenta Google Sketchup.

Em referência a esse modelo de distribuição cênica, GRINOVER, quando da análise de já citado caso envolvendo o pedido acolhido pelo Superior Tribunal Militar para destinação de assento ao Ministério Público na bancada do Conselho de Julgamento, opinou que a localização geográfica do órgão de defesa que se compatibilizaria com uma interpretação harmônica dos princípios instituídos pela Carta Magna e afastaria o defeito de inconstitucionalidade do normativo instituidor do assento ministerial seria no mesmo plano que o Ministério Público, à esquerda do magistrado. Segundo a autora, “a paridade das partes não ficaria afetada pelo assento dos representantes dos ofícios da acusação e da defesa à esquerda ou direita do corpo dos juízes, desde que ambos sentassem à mesma mesa, ao lado destes”<sup>309</sup>.

Sobretudo, essa forma de disposição afastaria o debate acerca da cisão de funções do Ministério Público – como parte e como fiscal da lei. Entretanto, há que se observar o seguinte: a alocação do(s) advogado(s) de defesa ou defensor público para cima do tablado iria ocasionar a superlotação do local, visto que ali também já estariam situados o promotor, o juiz e próprio escrevente. Como exposto na frase citada no início desta abordagem, “o espaço ficou pequeno para tanta gente”.

De outra forma, de modo a preservar a garantia de isonomia processual, ASSAD propôs um novo modelo de arquitetura para a sala do júri, que não destoa

<sup>308</sup> PAULO JUNIOR, *s.d.*

<sup>309</sup> GRINOVER, 1998, p. 317.

do objeto em estudo. Segundo a autora, poderia se transportar a bancada do órgão ministerial para uma posição frente a frente com bancada destinada ao órgão de defesa, posicionando-se aquele à direita do magistrado e este à sua esquerda, de forma a tomarem assento em local equidistante do órgão julgador<sup>310</sup> (*vide* figura 2).

Figura 2 – Transferência da mesa do órgão ministerial para o nível do assoalho, em equidistância em relação ao magistrado.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da ferramenta Google Sketchup.

Essa opção, inclusive, advém de experiências internacionais, como é o caso do modelo aplicado na República Federal da Alemanha no período posterior à queda do nazismo. Lá ocupavam, até então, o mesmo banco juízes e acusadores, quando após o conflito foram transportados os acusadores para o nível do chão, como forma de conceder o mesmo prestígio concedido aos advogados<sup>311</sup>.

Igual situação se verificou na República da Polônia, conforme discorre MAZLOUM<sup>312</sup>:

Chamem o carpinteiro! Foi o que se fez na República da Polônia, depois da reforma de Gomulka (1956), para apagar os resquícios do totalitarismo que por ali começava a soçobrar. Mandaram, literalmente, chamar o carpinteiro para cerrar a bancada que unia o acusador ao juiz. Essa medida extrema, simbólica, arrolhava uma das piores e mais assombrosas heranças soviéticas no sistema judiciário polaco: a proeminência do Estado-acusação.

Para essa forma de distribuição, deve-se levar em conta a separação das funções atribuídas ao Ministério Público, pois se adequa apenas a sua atuação como parte, não cabendo quando sua intervenção decorrer da condição de fiscal da lei, além de manter o desnível geográfico produtor de desigualdades, o que esbarra na prerrogativa de assento ministerial no mesmo plano que o magistrado.

É preciso salientar, ainda, que as formas de disposição nos colegiados de

<sup>310</sup> ASSAD, 2010, p. 47.

<sup>311</sup> MAZLOUM, 2011.

<sup>312</sup> *Ibidem*.

segundo grau de jurisdição nacionais levam em conta a disposição da mesa em formato de “U”. Poder-se-ia, contudo, estruturar a disposição cênica nesses juízos com apoio também na arquitetura utilizada em tribunais de outros países, como a Suprema Corte Americana, da Coréia e do Japão e o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, onde os membros ocupam uma mesa em linha reta. Com essa disposição, evitar-se-ia qualquer problema decorrente da disposição das cadeiras, pois o Ministério Público poderia ocupar sua posição à direita do presidente, mesmo estando após o último integrante do órgão colegiado, conforme caso já narrado<sup>313</sup>.

Embora todas essas proposições possam atingir a finalidade de reestruturação das salas de audiência e julgamento em conformidade com as garantias constitucionais, cumpre apresentar outra proposta que melhor se adequaria ao objeto deste trabalho: o posicionamento de todos os atores jurídicos ao nível do piso térreo, modelo este adotado pela 7ª Vara Criminal Federal de São Paulo. Em decorrência de reclamação proposta pela Defensoria Pública, determinou-se a retirada do estrado destinado ao magistrado e a redistribuição dos assentos ao plano do chão, onde foram posicionadas as cadeiras da acusação e da defesa lado a lado, em observância à paridade de armas<sup>314</sup> (vide figura 3).

Figura 3 – Mesa em formato de “T” sem o tablado.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da ferramenta Google Sketchup.

Assim, por não haver qualquer disposição que fundamente o direito da instituição de tomar assento em andar superior, mas apenas à direita do juiz, ao qual também não é garantido assento em um plano acima, é que exsurge o

<sup>313</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso ordinário em mandado de segurança n. 21.884-7/DF**. Relator: ministro Neri da Silveira. Publicado no Diário da Justiça da União em 25 de novembro de 1994, p. 1. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?numero=21884&classe=RMS>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

<sup>314</sup> GRINOVER, 1993, p. 317.

posicionamento de muitos doutrinadores sobre o posicionamento das partes ao nível do chão. Essa, inclusive, é uma das soluções apontadas por PAULO JUNIOR<sup>315</sup> para resolução da discussão:

[...] poderia o magistrado descer do assoalho e tomar assento lá embaixo, à mesa de debates... e ali, à sua direita, sempre no mesmo nível, estaria o Promotor de Justiça – que, como se sabe, não tem qualquer prerrogativa de se sentar em patamar superior (como tampouco a tem o Juiz), nem de se sentar em um lado ou outro da sala, mas tão apenas ao lado direito do Magistrado. Em verdade, sequer há uma norma que especifique exatamente onde deva se sentar o juiz, sendo livre a ele, portanto, decidir razoavelmente a seu próprio contento. Se aquele simbolismo o incomoda, que se sente à esquerda de onde imagine que o Promotor de Justiça deva se sentar.

Segundo essa opção, leva-se em consideração o fato de se aplicar também ao juiz, por participar da concepção cênica das salas de audiência e julgamento, a igualdade da tríade processual, de modo a acompanhar os procedimentos ao nível do assoalho. A respeito, seguem os ensinamentos de STRECK<sup>316</sup>:

Dito de outro modo, é como se o juiz dissesse: “todos os que estão nesta sala de audiência são isonômicos, sem diferenciações, discriminações, sem lugares diferenciados, sem mesas mais altas, sem cadeiras com espaldar avantajado, etc” e *não se desse conta de que também ele – sim, o próprio juiz – está na sala de audiências*, e que a propalada isonomia será isonomia ou a igualdade só será igualdade se, de fato, “todos os que estão na sala” se beneficiarem da aludida principiologia.

Somando a esta corrente doutrinária, CALAMANDREI sugeriu que a posição do banco dos advogados deveria estar a, no máximo, dois metros de distância dos juízes e, ainda, no mesmo plano que estes, com vistas à preservação de sua oratória<sup>317</sup>.

Nesse sentido, pôde-se concluir que a proposta de uma nova arquitetura para as salas de audiência e julgamento que garantiria paridade de armas à acusação e à defesa, conforme o modelo acusatório implicitamente adotado pela Constituição Federal de 1988, que obedeça ao ordenamento jurídico pátrio, sem a necessidade de uma reformulação de tais normativos ou declaração de inconstitucionalidade, que seja de fácil concretização – sem levar em conta o já debatido apego desmedido em relação a posição privilegiada – e que propiciaria um debate igualitário sem a presença de qualquer poder simbólico a interferir no resultados das sessões seria a

<sup>315</sup> PAULO JUNIOR, s.d.

<sup>316</sup> STRECK, 2009, p. 2.

<sup>317</sup> CALAMANDREI, 1995, p. 335.

retirada do tablado, móvel responsável pelo realce da atuação cênica de determinados atores processuais e ensejador dessa simbologia exacerbada, e a destinação de assentos aos atores processuais em torno de uma mesa em formato de “T”, posicionando-se o magistrado na intersecção central, de onde poderia dirigir os trabalhos das sessões de audiência e julgamento, ficando a sua direita o promotor na condição de fiscal da lei, a sua esquerda o escrevente, e no corpo de referido modelo, à direita o órgão de acusação, incluído aqui o Ministério Público na condição de parte, seguido do autor, e à esquerda o órgão de defesa, seguido do réu.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo geral apresentar a proposta de uma redefinição cênica das salas de audiência e julgamento, com o fim de preservar a garantia de paridade de armas às partes, nos moldes do sistema processual acusatório.

Dessa forma, para uma melhor compreensão do tema proposto, foi necessário fazer uma análise dos diferentes tipos de sistemas processuais penais. Com isso, percebeu-se que o sistema acusatório amparava a equidistância do juiz em relação às partes, as quais deveriam gozar de tratamento isonômico, enquanto que o sistema inquisitório previa a concentração da função acusatória e julgadora nas mãos do magistrado, além de uma redução da figura do réu, o qual não era tido como parte, mas meramente como um objeto do qual se utilizaria o juiz para extração da verdade, previamente estabelecida por este. Por fim, viu-se que o sistema misto compreenderia uma fase preliminar do processo nos moldes inquisitório e uma fase processual de índole acusatória, sem que houvesse, todavia, o afastamento do juiz em relação à produção probatória.

Visualizou-se, inclusive, que o sistema misto apareceu como uma forma de solucionar os problemas advindos do sistema inquisitório, mas sem que fosse retirada a concentração da função acusatória e julgadora das mãos do Estado. Neste período, surgiu o Ministério Público como solução para a divisão da função acusatória e julgadora, de modo que permanecessem ainda nas mãos da figura do Estado referidas funções, o que demonstrou o viés inquisitório dessa instituição.

No segundo capítulo, iniciou-se uma abordagem histórica acerca do surgimento do Ministério Público, desde os vestígios de funções semelhantes às dos promotores públicos, durante a idade antiga, passando pelo seu surgimento como instituição propriamente dita, durante o período dos procuradores do rei na idade média, e chegando até a eclosão da Revolução Francesa, após a idade moderna. Nesse ínterim, observou-se a posição assumida pelo órgão ministerial nas salas de audiência: ficavam, durante a idade média, dispostos sobre o assoalho – motivo pelo qual foram denominados de *parquet* –, vindo somente depois a galgar assento junto ao estrado onde ficava localizado o magistrado.

Em âmbito nacional, foi analisada a evolução do órgão ministerial durante o período colonial, imperial e republicano, demonstrando as características assumidas



pela instituição nos ordenamentos jurídicos adotados ao decorrer da história brasileira. Por meio desse estudo, pode-se chegar ao conceito atualmente vigente em nossa Constituição Federal de 1988, de uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Além disso, foi possível observar as garantias que revestem o exercício da função ministerial.

No terceiro capítulo, convergiu-se o debate para o tema objeto do presente trabalho: a prerrogativa do Ministério Público de sentar ao lado direito do magistrado. Para tanto, foram colacionados os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais mantenedores da atual estrutura das salas de audiência e julgamento. Com base na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, apontou-se a base legal que fundamentaria a prerrogativa do órgão ministerial de tomar assento ao lado direito do juiz (art. 41, XI). Segundo os autores, tal garantia decorreria de seu perfil jurídico-constitucional, diante de sua classificação como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, cuja função estaria atrelada à defesa do regime democrático. Desse perfil, como defensor de questões relacionadas ao interesse público, inclusive, resultaria a visão que a sociedade tem relacionada ao Ministério Público, a qual não estaria atrelada a qualquer poder de influência exercido nas salas de audiência e julgamento.

Além disso, segundo essa corrente, não seria possível a cisão da instituição em alguns casos como parte e em outros como fiscal da lei, sob o argumento de que, mesmo no polo ativo da ação, o Ministério Público atua em prol do interesse público, através da fiscalização da correta e regular aplicação da lei. Assim, não haveria como referenciar uma isonomia entre as instituições, diante da destinação de tratamento desigual aos desiguais, pela diferença existente entre os papéis exercidos pela instituição ministerial e pelos órgãos de defesa.

Após, trouxe-se os argumentos apresentados pela corrente favorável à redefinição cênica das salas de audiência e julgamento. Tal corrente reformadora fundamenta seu discurso no princípio da isonomia, que em seu viés processual aponta para a necessária paridade de armas entre as partes, igualdade essa albergada pelo sistema processual penal acusatório, implicitamente adotado pela Constituição Federal de 1988. Perante a adoção desse sistema é que se refuta a concepção cênica adotada pela atual estrutura das salas de audiência e julgamento, de índole inquisitória, por destinar ao órgão acusador assento próximo ao

magistrado, em violação à equidistância necessária para que haja imparcialidade por parte do juiz, ao órgão de defesa posição distante, o que dificulta até mesmo que este seja ouvido, e ao réu, de forma mais assemelhada com o sistema inquisitório, cadeira em nível inferior ao juiz.

Em contraposição ao argumento de que a posição privilegiada do Ministério Público decorreria de seu perfil jurídico-constitucional, afirmou-se que tanto o defensor público, como também os advogados, seriam funções essenciais à justiça, sem existir qualquer hierarquia entre esses e o representante do órgão ministerial e o juiz. Além disso, decorreria da própria Constituição a atuação do órgão ministerial como parte acusadora, diante da titularidade da ação penal pública.

Já na atuação como fiscal da lei, observou-se a existência de divergência doutrinária, pois muitos autores entendem que a imparcialidade estaria prejudicada através de sua atuação dúplice no processo, enquanto que outros se posicionam no sentido de que como fiscal da lei estaria caracterizada sua magnificente atuação, justificando o assento em nível superior, posição essa à qual se filia o presente trabalho.

O que não discorda a doutrina, por sua vez, é acerca da simbologia gerada pela posição de proximidade assumida pelo membro do Ministério Público em relação ao juiz. Em contrariedade ao argumento defendido pela corrente conservadora, afirmou-se que sua localização passa a imagem de uma mescla entre as instituições estatais, o que agrega maior credibilidade e poder simbólico à palavra do órgão acusador.

Visualizados os argumentos contrários e favoráveis à redefinição da arquitetura das salas de audiência e julgamento, passou-se à análise das propostas para uma nova arquitetura desses espaços que observasse as normas legais, segundo as quais o Ministério Público deveria se sentar à direita do juiz, a Defensoria Pública ocupar posição no mesmo plano que o órgão ministerial e aos advogados ser destinado tratamento igualitário em relação à acusação, sem deixar de se levar em conta, ainda, a inexistência de hierarquia entre advogados, promotores de justiça, defensores públicos e juízes.

Foi apresentado, assim, o Projeto de Lei Complementar n. 179/2012, de autoria do deputado Carlos Bezerra, cujo objeto estava relacionado à retificação da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público a fim de que passasse a constar que a prerrogativa abrangeria a atuação do órgão ministerial apenas na condição de fiscal

da lei. Esse projeto, todavia, não foi acolhido pelo relator por inconstitucionalidade, diante do vício formal de iniciativa, e antijuricidade, pois não haveria como cindir a atuação do Ministério Público.

Viu-se, também, que o Conselho Nacional de Justiça emitiu recentemente recomendação, após pedido de providências, para que os tribunais destinem assento aos advogados próximo ao púlpito, a fim de fazer valer a isonomia requerida pela carta constitucional.

Por fim, foram analisadas as propostas doutrinárias e jurisprudenciais. A primeira trazia como solução a transposição do órgão de defesa para a esquerda do juiz, acima do tablado. Embora fosse garantida, desse modo, a igualdade entre o órgão acusador e o de defesa, não haveria espaço para todos em cima do tablado.

Já a segunda trouxe a proposta de transporte da bancada do Ministério Público para frente da defesa, em equidistância em relação ao juiz. Essa proposta, ainda que, de igual forma, obedecesse aos ditames legais, manteria a longa discussão acerca da cisão das funções do órgão ministerial como parte e fiscal da lei.

A terceira proposta, por sua vez, foi apontada como ideal por se adequar às exigências legais e não apresentar problemas de estruturação. Segundo essa, seria necessária a retirada do tablado e a destinação de assento a todos os atores processuais (advogados, defensores, promotores e juízes) ao nível do chão, em volta de uma mesa em formato de “T”, ficando o juiz na posição interseccional, o promotor de justiça a sua direita, quando na condição de fiscal da lei, o escrivão a sua esquerda, e no corpo da estrutura ficariam à direita o órgão de acusação, como o Ministério Público na condição de parte, seguido do autor, e à esquerda os advogados de defesa e defensores públicos, de modo que houvesse espaço para todos, equidistância do órgão de defesa e acusação em relação ao juiz e igualdade de nivelamento de suas localizações.

Diante do exposto, constatou-se, através da análise do sistema processual penal adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro (acusatório), a necessidade de observância à garantia da paridade de armas durante o procedimento judicial, com amparo no princípio da isonomia, instituído pela Constituição Federal de 1988.

Assim, a concessão de tratamento privilegiado ao órgão acusador, quando atuante no papel de parte, por meio da reserva de assento próximo ao magistrado e no mesmo plano que este, em nível superior à defesa, não teria amparo

constitucional. Isso, repita-se, quando parte no processo, pois na condição de fiscal da lei estaria justificada a proeminência de sua localização, visto que a imparcialidade, neste caso, com a finalidade de defesa do regime jurídico e democrático, não estaria ameaçada por interesses privados, situação esta verificada quando da defesa de interesses individuais.

Mesmo com o exame da evolução da instituição do Ministério Público, tanto a nível global, como também nacional, não se chegou a uma justificativa que amparasse suficientemente a sua localização em nível superior à defesa quando na condição de parte. O argumento de que haveria disposição de tal prerrogativa na legislação orgânica da instituição não se adequa às arestas dispostas no sistema jurídico vigente, visto que de igual modo é garantido ao defensor público o direito de sentar-se no mesmo plano que o membro do órgão ministerial, da mesma forma que a estes, conjuntamente com os advogados e juízes, é vedada qualquer forma de hierarquia.

Nesse contexto, chegou-se à conclusão de que a proposta apresentada que melhor se adequaria à solução do embate seria a de retirada do tablado e posicionamento de todos os atores processuais no mesmo plano, destinando-se o assento central ao magistrado, o qual presidiria os trabalhos, a sua direita assento para o representante do Ministério Público na condição de fiscal da lei, à esquerda o escrivão, distribuindo-se os demais assentos da estrutura em “T” aos demais atores processuais, ficando o órgão de acusação, inclusive o Ministério Público na condição de parte, à direita do juiz, seguido do autor, e à esquerda o órgão de defesa, seguido do réu.

## REFERÊNCIAS

ARMBORST, Aline Frare. **A atuação instrutória do juiz no processo penal brasileiro à luz do sistema acusatório**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ASSAD, Thathyana Weinfurter. **Uma visão filosófica das relações de poder instituídas na arquitetura do tribunal do júri**. Monografia (Especialização) – Escola da Magistratura do Paraná, Curitiba, 2010.

BISSOLI FILHO, Francisco. **Linguagem e criminalização: a constitutividade da sentença penal condenatória**. Curitiba: Juruá, 2011.

BORGES, Clara Maria Roman. **As atuais tendências de reforma do código de processo penal e a promessa de constitucionalização e democratização do sistema processual penal vigente**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL DA ABDCONST, 9, 2010, Curitiba: ABDConst., Anais do IX Simpósio de Direito Constitucional da ABDConst. Curitiba: ABDConst., 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei complementar nº 179, de 2012**. Relator: deputado Paes Landim. Publicado em 4 de julho de 2013, p. 2. Disponível em:

<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=FE492D6414551D9A46531772ACB249E9.proposicoesWeb1?codteor=1106843&filename=Tramitacao-PLP+179/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FE492D6414551D9A46531772ACB249E9.proposicoesWeb1?codteor=1106843&filename=Tramitacao-PLP+179/2012)>. Acesso em: 23 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. **Pedido de providências n. 0007813-88.2012.2.00.0000**. Relatora: conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito. Publicado no Diário da Justiça em 13 de março de 2014. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/ecnj/consulta\\_processo.php?num\\_processo\\_consulta=00078138820122000000&numrowsControle=-64&consulta=s&pg=0&txtcaptcha=>](http://www.cnj.jus.br/ecnj/consulta_processo.php?num_processo_consulta=00078138820122000000&numrowsControle=-64&consulta=s&pg=0&txtcaptcha=>)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Relator: conselheiro José Roberto Neves Amorim. Publicado no dia 14 de março de 2013. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/ecnj/consulta\\_processo.php?num\\_processo\\_consulta=00078138820122000000&numrowsControle=-64&consulta=s&pg=0&txtcaptcha=>](http://www.cnj.jus.br/ecnj/consulta_processo.php?num_processo_consulta=00078138820122000000&numrowsControle=-64&consulta=s&pg=0&txtcaptcha=>)>. Acesso em: 30 mai. 2014

\_\_\_\_\_. **Constituição da república dos estados unidos do brasil (16 de julho de 1934)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da república federativa do brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de 29 de novembro de 1832**. Promulga o código do processo criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da justiça civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.588 – de 8 de setembro de 1955**. Fixa critérios para novos vencimentos dos membros dos tribunais e representantes do ministério público da

união e dá outras providências. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1955/2588.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841.** Reformando o código do processo criminal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM261.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993.** Institui a lei orgânica nacional do ministério público, dispõe sobre normas gerais para a organização do ministério público dos estados e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/8625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8625.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Procuradoria Geral da República. **Parecer n. 2526/2014 – ASJCIV/SAJ/PGR.** Publicado em 20 de março de 2014, p. 13-15. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4111765>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

BRASIL. **Projeto de lei complementar n. 179/2012.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544845>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal Federal. **Recurso em mandado de segurança n. 6.887/RO.** Relator: ministro Garcia Vieira. Publicado no Diário da Justiça em 15 de dezembro de 1997. Disponível em: <[https://ww2.stf.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num\\_registro=199600181330&dt\\_publicacao=15-12-1997&cod\\_tipo\\_documento=3&formato=undefined](https://ww2.stf.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199600181330&dt_publicacao=15-12-1997&cod_tipo_documento=3&formato=undefined)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade n. 3.962.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2559670>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade n. 4.768.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4233888>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Medida cautelar na reclamação nr. 12011.** Relatora: ministra Cármen Lúcia. Publicado no Diário Oficial da Justiça em 13 de março de 2012, p. 8. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioProcesso.asp?numDj=52&dataPublicacaoDj=13/03/2012&incidente=4111789&codCapitulo=6&numMateria=28&codMateria=2>>. Acesso em 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Recurso ordinário em mandado de segurança n. 21.884-7/DF.** Relator: ministro Marco Aurélio. Publicado no Diário da Justiça da União em 25 de novembro de 1994, p. 13. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?numero=21884&classe=RMS>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Relator: ministro Neri da Silveira. Publicado no Diário da Justiça da União em 25 de novembro de 1994, p. 1. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?numero=21884&classe=RMS>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **Mandado de segurança n. 0038365-55.2010.4.03.0000/SP**. Relatora: desembargadora federal Cecília Marcondes. Publicado em 20 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br/sala-de-imprensa/pdfs-das-noticias/ms201003000383652.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

BRÜNING, Raulino Jacó. **História do ministério público catarinense**. Florianópolis: Habitus, 2001.

CALAMANDREI, Piero. **Eles, os juízes, vistos por um advogado**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. 7. ed. Trad. José Antônio Cardinalli. Campinas: Bookseller, 2005.

CARVALHO, Salo de. **Crítica à execução penal**. 2. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CASARA, Rubens; KARAM, Maria Lúcia. **Redefinição cênica das salas de audiências e de sessões nos tribunais**. In: Revista de Estudos Criminais. Porto Alegre: Nota Dez, ano 5, n. 19, 2005.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Introdução aos princípios gerais do direito processual penal brasileiro**. In: Revista de Estudos Criminais. Porto Alegre: ITEC, ano 1, n. 1, 2001.

\_\_\_\_\_. **O núcleo do problema no sistema processual penal brasileiro**. São Paulo: Boletim IBCCRIM, ano 15, n. 175, 2007.

\_\_\_\_\_. **O papel do novo juiz no processo penal**. In: Crítica à teoria geral do processo penal. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DECOMAIN, Pedro Roberto. **Comentários à lei orgânica nacional do ministério público: lei 8.625, de 12.02.1993**. Florianópolis: Obra Jurídica, 1996.

DELGADO, José Augusto. **A supremacia dos princípios nas garantias processuais do cidadão**. Brasília: Revista de Informação Legislativa, v. 31, n. 123, p. 35-46, jul./set., 1994, p. 43. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/175995>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

ESTANISLAU, Paul Benedict. **A instituição do ministério público na constituição da república federativa do brasil de 1988**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2003.

EYMERICH, Nicolau. **Manual dos Inquisidores**. Escrito em 1376, rev. e ampl. por Francisco de la Peña em 1578. Trad. Maria Jose Lopes da Silva. 2. ed. Brasília: Rosa dos Tempos, 1993.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FERRAZ, Antônio Augusto Mello de Camargo (Coord.). **Ministério público: instituição e processo**. São Paulo: Atlas, 1997.

GOYET, Francisque. **Le ministère public en matière civile et en matière répressive et l'exercice de l'action publique**. Paris: Recueil Sirey, 1953.

GRINOVER, Ada Pelegrini. **O processo em evolução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. **Tomada de contas especial**: processo e procedimento nos tribunais de contas e na administração pública. 3. ed., rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

JACQUES, Paulino. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

KHALED JR., Salah Hassan. **O problema da prevalência do poder na jurisdição penal**: rumo ao estabelecimento de uma jurisdição penal como poder-dever e direito fundamental. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, v. 34, n. 1, 2010.

\_\_\_\_\_. **O sistema processual penal brasileiro**: acusatório, misto ou inquisitório? Civitas: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 2010.

LAMY, Eduardo de Avelar; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Curso de processo civil**: teoria geral do processo. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Conceito Editorial, v. 1, 2011.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

LYRA, Roberto. **Teoria e prática da promotoria pública**. Porto Alegre: co-edição Sérgio Antônio Fabris Editor e Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 1989.

MAIER, Julio B. J. **Derecho procesal penal**. 2. ed. Buenos Aires: Del Puerto, 2004.

MAZLOUM, Ali. **Julgamento deve refletir isonomia entre carreiras**. Revista Consultor Jurídico, 2011. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-fev-28/salas-julgamento-refletir-igualdade-direito-entre-carreiras>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao ministério público**. São Paulo: Saraiva, 1997.

\_\_\_\_\_. **O acesso à justiça e o ministério público**. 3. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1998.

\_\_\_\_\_. **Regime jurídico do ministério público**: análise da lei orgânica nacional do ministério público, aprovada pela lei n. 8.625. São Paulo: Saraiva, 1993.

\_\_\_\_\_. **Regime jurídico do ministério público**: análise do ministério público na constituição, na lei orgânica nacional do ministério público, na lei orgânica do ministério público da união e na lei orgânica do ministério público paulista. 6. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**: atualizado até 1.º de março de 2006. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, José Maria Leoni de. **A nova lei de investigação de paternidade**. 4. ed.



Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

OTTOBONI, Marcus Vinícius Rodrigues Silva. **Poder investigatório criminal do ministério público**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009.

PAULO JUNIOR, José Marinho. **Os simbolistas, inconstitucionalistas de plantão, e o assento reservado ao ministério público**. Disponível em: <<http://www.amperj.org.br/artigos/view.asp?ID=76>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

PITAS, José Severino da Silva. **Ministério público do trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte?** Brasília: Revista de Informação Legislativa, v. 32, n. 126, p. 43-46, abr./jun., 1995. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/176320>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

RASSAT, Michèle-Laure. **Le ministère public entre son passé et son avenir**. Paris: Librairie Général de Droit et de Jurisprudence, 1967.

ROSS, M. Lynne. **State attorney general: powers and responsibilities**. Washington: The Bureau of National Affairs Inc. Books, 1990.

SAUWEN FILHO, João Francisco. **Ministério público brasileiro e o estado democrático de direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

SILVA, Jádel da. **O ministério público: origens históricas e perspectivas atuais**. Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense, Florianópolis, v. 1, 1978.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

SOUZA, Victor Roberto Corrêa de. **Ministério público: aspecto históricos**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 229, 22 fev. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4867>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

SOUZA, Willian Lira de. **Sistemas processuais penais**. Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar, v. 8, n. 1, p. 113-129, jan./jun., 2005. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/juridica/article/view/1345>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

STRECK, Lênio. **A concepção cênica da sala de audiências e o problema dos paradoxos**. Publicado em 11 de setembro de 2009. Disponível em: <[http://leniostreck.com.br/index.php?option=com\\_docman&Itemid=40](http://leniostreck.com.br/index.php?option=com_docman&Itemid=40)>. Acesso em: 26 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tribunal do júri: símbolos e rituais**. 3. ed. rev., mod. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

TORNAGHI, Hélio. **Comentários ao código de processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, 1976.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. 35. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2013.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. **A iniciativa instrutória do juiz no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.